



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - SMAN/CAV/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.000053/2025-42

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de empresa certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) 145, para a prestação de serviços de manutenção com fornecimento de materiais aeronáuticos, tendo por objetivo manter a aeronave KING AIR (B300), pertencente a frota da Coordenação do Comando de Aviação da Diretoria Executiva da Polícia Federal (CAOP/CGAP/DIREX/PF), em plenas condições de aeronavegabilidade, a serem executados sem regime de mão de obra exclusiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, seus anexos, por meio da realização de atividades divididas em itens e seus respectivos subitens, quando houver:

Tabela 01 – Especificação do objeto

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO		CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR SIMBÓLICO UNITÁRIO (R\$)	PERCENTUAL CORRESPONDENTE (TAXA ADMINISTRATIVA)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA 12 MESES (R\$)	VALO TOTAL REFERÊN 24 MES (R\$)	
1	1	MANUTENÇÕES PROGRAMADAS	SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO	16098	homem/hora	870	365,00	-	317.550	635.10	
	2	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL			mês	12	86.080,00	-	1.032.960	2.065.92	
	3	CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO			mês	12	7.210,00	-	86.520	173.04	
	4	MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS			homem/hora	350	365,00	-	127.750	255.50	
	5	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA, SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE)			por evento	900.000	1,625	-	1.462.500	2.925.00	
	6	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 5)			por evento	299.970	1,00	33,33	299.970 **valor não somado	599.940	
	7	TAXA ADMINISTRATIVA PARA SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES ESTRANGEIROS (REFERENTE AO ITEM 5)			por evento	562.500	1,00	62,50	562.500 **valor não somado	1.125.000	
	8	FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE)			16261	por evento	800.000	1,475	-	1.180.000	2.360.00
	9	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS NACIONAIS (REFERENTE AO ITEM 8)				por evento	280.000	1,00	35,00	280.000 **valor não somado	560.000
	10	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS IMPORTADOS (REFERENTE AO ITEM 8)				por evento	380.000	1,00	47,50	380.000 **valor não somado	760.000
	11	RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE)			16098	por evento	63.200	1,00	-	63.200	126.40
TOTAL									R\$ 4.270.480,00 (01 ano)	R\$ 8.540.960,00 (02 ano)	
**Os valores totais anual dos Itens 6, 7, 9 e 10 não estão somados ao valor final da contratação, tendo em vista a utilização de 4 (quatro) taxas administrativas para serviços componentes. Foram consideradas as duas maiores ao somatório, inserindo-as nos itens 5 e 8 respectivamente.											

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e não encontram correspondência no Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são serviços de manutenção aeronáutica programada e não programada, com fornecimento de materiais e ressarcimento de mecânico em viagem, tendo por objetivo manter as aeronaves da CAOP em plenas condições de aeronavegabilidade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando Estudo Técnico Preliminar.

Prazos de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **5 anos** contados de um (1) dia após a assinatura do contrato entre as partes, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Informações relevantes da tabela 01 - Especificações do objeto:
- 1.6.1. Serão objeto de lance os Itens: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10;
- 1.6.2. Os Itens 5, 8 e 11 não serão objetos de lances diretos, devendo permanecer os valores de R\$ 1.462.500,00, 1.180.000,00 e R\$ 63.200,00 respectivamente;
- 1.7. O **item 5** é composto pelo valor fixo de **R\$ 900.000,00**, acrescido do percentual da **maior taxa administrativa** constante do **item 7**, no valor de **R\$ 562.500,00** (62,5% de 900), totalizando **R\$ 1.462.500,00**.
- 1.7.1. Para melhor compreensão, cumpre esclarecer que as peças aeronáuticas possuem **duas taxas administrativas** previstas:
- **33,33%**, constante do **item 6**;
 - **62,5%**, constante do **item 7**.
- 1.7.2. Tais percentuais foram convertidos em valores monetários para facilitar a formulação dos lances pelos participantes. Utilizou-se, para a composição do item 5, o maior valor (referente ao item 7), justamente por abranger qualquer das hipóteses de importação tratadas nos itens 6 ou 7.
- 1.7.3. Ressalte-se que o **item 5 não é objeto de lance**. Após a fase de lances, caberá ao pregoeiro proceder aos devidos ajustes, após manifestação da área técnica, de modo que o valor final a ser suportado pela Administração corresponderá ao montante fixo de **R\$ 900.000,00**, acrescido da **maior taxa administrativa** efetivamente registrada nos lances relativos aos itens 6 e 7.
- 1.7.3.1. **Exemplo de registro do valor do item 5 (aplicável também ao item 8), a ser ajustado pelo pregoeiro após manifestação da área técnica:**
- Suponha-se que um licitante apresente os seguintes lances:
- **Item 6:** R\$ 135.000,00, equivalente a **15%** de R\$ 900.000,00;
 - **Item 7:** R\$ 180.000,00, equivalente a **20%** de R\$ 900.000,00.
- Nesse caso, a proposta estará registrada com **15%** no item 6 e **20%** no item 7, representando a taxa administrativa correspondente.
- Assim, o valor do **item 5**, após a devida adequação pelo pregoeiro, será de:
- **R\$ 900.000,00 + R\$ 180.000,00 = R\$ 1.080.000,00**
- Portanto, o valor inicial registrado de **R\$ 1.462.500,00** será corrigido para **R\$ 1.080.000,00**, em conformidade com os critérios estabelecidos.
- 1.8. O **item 8** é composto pelo valor fixo de **R\$ 800.000,00**, acrescido do percentual da **maior taxa administrativa** constante do **item 10**, no valor de **R\$ 380.000,00** (47,5% de 800), totalizando **R\$ 1.180.000,00**.
- 1.8.1. Seguindo a explicação anterior, de que as peças aeronáuticas possuem **duas taxas administrativas** previstas:
- **35%**, constante do **item 9**;
 - **47,5%**, constante do **item 10**.
- 1.8.2. Tais percentuais foram convertidos em valores monetários para facilitar a formulação dos lances pelos participantes. Utilizou-se, para a composição do item 8, o maior valor (referente ao item 10), justamente por abranger qualquer das hipóteses de importação tratadas nos itens 9 ou 10.
- 1.8.3. Ressalte-se que o **item 8, também, não é objeto de lance**. Após a fase de lances, caberá ao pregoeiro proceder aos devidos ajustes, de modo que o valor final a ser suportado pela Administração corresponderá ao montante fixo de **R\$ 800.000,00**, acrescido da **maior taxa administrativa** efetivamente registrada nos lances relativos aos itens 9 e 10.
- 1.8.4. Embora pareça redundante, para fins de apresentação dos lances, os licitantes deverão converter a porcentagem da taxa administrativa em valor monetário, conforme os exemplos já apresentados. Dessa forma, as taxas administrativas de referência (itens 6, 7, 9 e 10) não deverão ser indicadas em percentual, mas sim em valores expressos em reais, de acordo com a planilha.
- Exemplo: se, no item 6, o licitante desejar ofertar uma taxa administrativa de 15% (item 6 se refere ao percentual sobre o valor do item 5 de R\$ 900.000,00), deverá registrar o lance correspondente ao valor monetário do item, ou seja, R\$ 135.000,00, em consonância com o exemplo anteriormente mencionado.
- 1.8.5. Os itens 6, 7, 9 e 10 destinam-se exclusivamente ao **cadastro, disputa de lances e classificação das propostas** no site de compras, não sendo incorporados diretamente ao valor final da contratação, e serão registrados valores insignificantes nos ajustes da proposta.
- 1.8.6. Na apresentação do orçamento para o pregão a licitante deverá informar o valor total anual para os itens de 1 a 11, conforme cláusulas acima, mantendo o valor do Item 5 (SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES), Item 8 (FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS) e do Item 11 (RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM MECÂNICO EM VIAGEM).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme PGC 161/2024, detalhado a seguir:
1. ID PCA no PNCP: 6345 e 6508
 2. Data de publicação no PNCP: 17/02/2024 (atualizado em 18/08/2025)
 3. Id do item no PCA: 6 e 66
 4. Classe/Grupo: Serviços e Materiais (Manutenção Turbinas Aeronáuticas e Componentes e Acessórios Diversos de Motores de Aeronaves)
 5. Identificador da Futura Contratação: 5. 200334-124/2025 e 200334-80/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b) Decreto 9.177, de 2017 (Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.);
- c) Decreto nº 7.404/2010 (Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);
- d) Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.);
- e) Resolução nº 804, de 2019 da ANP, (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.);
- f) Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 (Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.);
- g) Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.);
- h) Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada);
- i) Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010 (Institui, no âmbito do IBAMA, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução CONAMA nº 416 de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis);
- j) Portaria nº 544, de 25/10/2012, do INMETRO (Dispõe sobre a certificação compulsória para pneus novos).

4.1.1. Aquisição ou serviço que envolva a utilização de óleo lubrificante.

4.1.1.1. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

4.1.2. Aquisição ou serviço que envolva a utilização de Pilhas ou Baterias.

4.1.2.1. As pilhas e baterias comercializadas no território nacional devem respeitar limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO ou demais laboratórios admitidos pela Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.1.2.2. Não são permitidas formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.2.3. “Não são permitidas, à Contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- a) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- b) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.;
- c) A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.”

4.1.3. Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de pneus:

4.1.3.1. A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

4.1.4. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

- a) MANUTENÇÕES PROGRAMADAS, exceto revisão gerais de componentes;
- b) APOIO TÉCNICO OPERACIONAL;
- c) CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO;
- d) SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (conforme TR*); e
- e) FORNECIMENTO DE MATERIAS AERONÁUTICOS.

4.2.2. Será permitida subcontratação de terceiros para prestação de serviços especializados que a CONTRATADA não possa executar, por lhe faltar específica homologação da ANAC, tais como revisão geral de motor, hélices e componentes, até o limite de disponibilidade financeira.

4.2.3. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de

qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

- 4.2.4. Os serviços subcontratados deverão ser prestados por empresa homologada pela autoridade aeronáutica para os serviços, de forma a garantir sua qualidade.
- 4.2.5. Antes de autorizar a subcontratação, a CONTRATANTE realizará, sendo possível, pesquisa de mercado com fornecedores distintos para que se possa avaliar a economicidade da subcontratação.
- 4.2.6. A CONTRATADA deverá apresentar orçamentos para que se possa avaliar a economicidade da subcontratação.
- 4.2.7. A CONTRATANTE recusará orçamentos em que forem verificados valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 4.2.8. Poderá ser dispensada a apresentação de mais de um orçamento quando este vier acompanhado de atestado de exclusividade ou documento análogo que comprove tal requisito.
- 4.2.9. Os custos referentes ao transporte, armazenagem, despachos aduaneiros, seguro e demais encargos necessários à disponibilização de **materiais aeronáuticos e serviços subcontratados**, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA e **não poderão ser repassados à CONTRATANTE**, considerando que tais despesas já estão contempladas nas taxas administrativas apresentadas para a execução contratual.
- 4.2.10. Para faturamento dos serviços subcontratados, caso estes sejam realizados por empresa estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.
- 4.2.11. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico financeiro do contrato.
- 4.3. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE quaisquer garantias remanescentes dos serviços subcontratados e materiais aplicados nestes serviços.
- 4.4. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:
- 4.4.1. Substituir ou disponibilizar outra subcontratada, nos termos desse TR, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.7. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da Contratação

- 4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente até 5% (**cinco** por cento) do valor **total** da contratação.
- 4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.10.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.10.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.10.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.10.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.11. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.14. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.14.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.15. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.15.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.15.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.15.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.16. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.17. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.18. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.19. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.19.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.19.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer

fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.20.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.20.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.21. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente

Vistoria

4.25. A avaliação prévia do local de execução dos serviços e da aeronave KING AIR (B300) é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas.

4.26. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.28. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.30. O endereço para a vistoria da aeronave:

**Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.
Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek
Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14
CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 1 (um) dia após a assinatura do contrato.

5.1.1.1. A **Contratada** terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis** para proceder à assinatura do contrato, contados a partir do seu recebimento.

5.1.1.2. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que solicitado pelo vencedor do certame durante o transcurso do primeiro prazo.

5.1.2. Toda e qualquer intervenção de manutenção decorrente da execução do contrato somente ocorrerá após a apresentação da Solicitação de Serviço, que poderá ser feita através de e-mail, entre CONTRATANTE e CONTRATADA, seguindo os trâmites administrativos discriminados neste Termo de Referência.

5.1.3. A Contratante poderá acompanhar, diretamente ou por intermédio de técnico formalmente designado, qualquer intervenção decorrente da execução do Contrato de Manutenção da Aeronave.

5.1.4. A Contratada deverá zelar pela integridade da aeronave durante a execução da manutenção sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que ela sofrer.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.2.1. MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

5.2.1.1. São os serviços relacionados no plano de manutenção da aeronave. São as manutenções realizadas em intervalos definidos segundo recomendações do fabricante (da Aeronave, componentes ou equipamentos), através de inspeção sistemática, detecção e substituição ou reparo de componentes, ajuste, calibração e quaisquer tarefas recomendadas pelo manual de manutenção, como por exemplo:

a) Inspeções Horárias de Célula e Motor: são todas as inspeções calculadas com base no número de horas de voo, constantes nos manuais de manutenção de célula da aeronave e de seus motores;

b) Inspeções Calendárias de Célula e Motor: são todas as inspeções calculadas com base em intervalos cronológicos entre si, constantes nos manuais de manutenção de célula da aeronave e de seus motores;

c) Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA): Inspeção anual obrigatória, conforme determinação do RBAC 91;

d) Remoção e instalação de componentes de vida útil controlada: é o serviço necessário para se efetuar as revisões obrigatórias nos componentes da aeronave;

e) Atualização das licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados.

5.2.1.2. A Contratada deverá ser capaz de executar os serviços de manutenção programada da aeronave previstos no Manual de Manutenção não havendo possibilidade de subcontratação, exceto revisões gerais de equipamentos, motores e outros serviços pertinentes constantes neste Termo de Referência.

5.2.1.3. A Contratada ficará responsável pela atestação do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) da Aeronave junto à ANAC e à ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), arcando com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da Aeronave, fornecendo a Contratante os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e na ANATEL.

5.2.1.4. Caberá a Contratada arcar com os valores referentes as taxas e emolumentos incidentes na manutenção da aeronave junto à Agência Reguladora (ANAC), exceto multas decorrentes da operação.

5.2.1.5. A Contratada será responsável pelo controle de vencimento e atualização de bancos de dados (p. Ex. FMS, cartas Jeppesen), demais softwares (programas) que estiverem disponíveis ou instalados na aeronave, das licenças e/ou certificados necessários para a correta operação da aeronave.

5.2.1.6. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS deverão ser realizadas em centro de serviços da empresa ou, quando possível, no hangar da Contratante, podendo, em caráter excepcional, e desde que autorizado pelas autoridades competentes, ser realizadas em outro local.

5.2.1.7. Durante o período em que a aeronave permanecer em manutenção sob a responsabilidade da Contratada, esta deverá proporcionar-lhe hangaragem (guarda da aeronave em hangar) adequada durante todo o período de manutenção, responsabilizando-se por quaisquer danos ou perdas causadas a ela durante este período que tenham sido causados por sua responsabilidade.

5.2.1.8. A Contratante deverá ser responsável pela realização do traslado da aeronave do estabelecimento da Contratante até o centro de serviços da Contratada, até a data limite, bem como por seu retorno para o estabelecimento da Contratante ou para outra localidade logo após a execução dos serviços.

- a) Todos os procedimentos e despesas relativas ao traslado da aeronave são de responsabilidade da Contratante, exceto o custo relativo ao combustível necessário ao traslado quando esta for realizar Inspeções Programadas.
- b) O custo relativo ao combustível necessário ao traslado da aeronave para o centro de serviços da Contratada, será descontado da fatura referente ao mês da execução do serviço.
- c) Será estimado tomando por base a distância, em linha reta, entre a sede da Contratante e a localidade do centro de serviços, a velocidade média e consumo médio de cruzeiro da aeronave a ser mantida e o preço do combustível para abastecimento da aeronave da Contratante em Brasília/DF.
- d) A Contratante informará os dados dessa cláusula à Contratada, antes do início da execução de qualquer serviço no centro de serviços da Contratada.

5.2.1.9. Se, por falha de procedimento da Contratada ocorrer o vencimento de qualquer inspeção que somente possa ser realizada num centro de serviços, a Contratada deverá assessorar a Contratante para obter uma autorização especial de traslado junto à ANAC, bem como realizar tarefas eventualmente necessárias para que o referido traslado seja realizado em segurança.

5.2.1.10. A Contratada efetuará retoques na pintura e reparos de interiores, que tenham sido ocasionados em virtude de suas atividades ou de seus prepostos na execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, visando especialmente proteger áreas das Aeronaves contra a corrosão.

- a) Qualquer reparo de pintura e reparo nos interiores que tenham sido ocasionados pela intervenção manutentiva deverão ser suportados pela Contratada não sendo possível o repasse desses custos para a Contratante

5.2.1.11. Nos casos de revisões gerais de equipamentos e motor e a CONTRATADA poderá subcontratá-los, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

5.2.1.12. Caberá a Contratada arcar com os valores dos seguintes itens:

- a) materiais consumíveis e descartáveis para realização das tarefas, por exemplo: graxas para lubrificação, estopas, arame de freio etc.

5.2.2. São de responsabilidade da CONTRATADA a contratação de Publicações Técnicas dos Manuais Operacionais, imprescindíveis à segurança de voo, de acordo com o RBAC 90;

5.2.3. São de responsabilidade da CONTRATADA a contratação de Publicações Técnicas dos Manuais de Manutenção de acordo com RBAC 145 (Organização de Manutenção);

5.2.4. A Contratada deverá prover as atualizações de publicações técnicas (operacionais e não-operacionais) que suportam as operações da Aeronave. Os manuais deverão ser periodicamente atualizados, com dados, correções e melhorias identificados por relatos de operadores da frota;

5.2.5. Manuais operacionais (pilotos) deverão ser ofertados no modo online.

5.3. APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ATO)

5.3.1. São os serviços de manutenção preventiva e corretiva, programados ou não programados, que podem ser prestados pela equipe de técnicos da Contratada e poderão ser realizados fora do centro de serviços.

5.3.1.1. Serão consideradas incluídas no valor mensal do Apoio Técnico Operacional as atividades de manutenção preventiva e corretiva de **nível de linha**, de acordo com o *King Air Maintenance Manual*.

5.3.1.2. As manutenções programadas de maior porte, que impliquem substituição de grandes conjuntos, desmontagens estruturais ou que demandem ferramental de oficina, serão ressarcidas no Item MANUTENÇÃO PROGRAMADA, remunerados conforme esse TR, mediante apresentação de orçamento aprovado pela contratante, independente do local em que os serviços serão executados.

5.3.2. Visa corrigir situações que tornem a Aeronave indisponível para o voo, dentro dos limites de segurança para serviços de manutenção de linha.

5.3.2.1. Se o problema for verificado pelos representantes da contratada responsáveis pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ATO), a Contratante deverá ser notificada para que seja procedida a informação a Contratada.

5.3.2.2. O ATO deverá realizar a manutenção corretiva, de forma que a Aeronave retorne a sua condição operacional.

5.3.2.3. Caso as discrepâncias encontradas na AERONAVE a tornem não AERONAVEGÁVEL e não possam ser solucionadas pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, a Contratada deverá assessorar a CAOP para obter junto à ANAC as autorizações de traslado necessárias, bem como trazer a aeronave à condição mínima de segurança que permita o traslado de forma segura.

5.3.3. Os Serviços Eventuais/Manutenções Não Programadas identificados pelo ATO deverão ser saneadas pelo Apoio e NÃO haverá cobrança de mão de obra pelos serviços corretivos demandados nos termos desse TR.

5.3.4. Mediante solicitação da empresa Contratada, a Contratante deverá fornecer no seu hangar um *espaço* para uso pela empresa Contratada, de forma a permitir o armazenamento de ferramentas, componentes e a execução de pequenos reparos.

5.3.4.1. O espaço deverá dispor também de cabeamento e provisões para ponto de telefone e internet para uso da empresa Contratada, ficando por conta da empresa Contratada a aquisição dos equipamentos necessários para uso e contratação e pagamento destes serviços para com as respectivas concessionárias.

5.3.5. A Contratada deverá disponibilizar ferramental permanente na Base da CAOP, durante a vigência do Contrato.

5.3.5.1. O ferramental disponibilizado durante a vigência do contrato retornará para a Contratada após o encerramento da contratação.

5.3.5.2. Cabe à Contratada fazer a gestão de vencimento de calibração e eventuais reparos das ferramentas que estarão alocadas de forma permanente na base da Contratante.

5.3.5.3. É de responsabilidade da Contratada disponibilizar garrafa de nitrogênio para a calibração dos pneus da aeronave.

5.4. CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM).

5.4.1. Controle Técnico de Manutenção (CTM) é o serviço de:

- 5.4.1.1. acompanhamento dos materiais aeronáuticos controlados;
- 5.4.1.2. controle/atualização das publicações técnicas, do cumprimento das Diretivas Técnicas, Diretrizes de Aeronavegabilidade (DA) e (AD) e STC ([Supplemental Type Certificates](#)), SB (Service Bulletins);
- 5.4.1.3. acompanhamento técnico e informações de LLPs (peças com limite de vida, possui tempo de vida limitado);
- 5.4.1.4. atualização mensal de todas as cadernetas da AERONAVE, inclusive o diário de bordo na parte relativa às discrepâncias, horas de célula, motor(es), ciclos e inspeções;
- 5.4.1.5. controle, atualização e revisão das publicações e biblioteca técnica da Aeronave;
- 5.4.1.6. controle das atividades de MANUTENÇÃO PROGRAMADA, SERVIÇOS EVENTUAIS e MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA referente à Aeronave; e
- 5.4.1.7. cumprir demais exigências pertinentes à legislação aeronáutica vigente relativas ao Controle Técnico de Manutenção.

5.4.2. O CTM deverá:

5.4.2.1. analisar e controlar as diretrizes de aeronavegabilidade e boletins mandatários relacionados à aeronave e respectivos componentes, incluindo seus motores. Como resultado desta análise, deverá propor e, caso aceito pela Contratante, planejar período para incorporação das diretivas, preferencialmente junto às inspeções programadas;

5.4.2.2. fornecer à Contratada, logo após a celebração do contrato, todos os dados relativos à Diagonal de Manutenção, cumprimento de AD e SB (boletins de serviço), quantidade acumulada de FH, FC, AH, AC, relação dos componentes instalados (com ou sem limites de vida útil ou TBO), além de

outros julgados necessários;

5.4.2.3. apresentar, num prazo de 15 dias após a assinatura do contrato, o plano de manutenção em arquivo com extensão “pdf” e uma planilha em arquivo Excel com o tarifário do plano de manutenção para o primeiro biênio com atualização anual do biênio subsequente;

5.4.2.4. controlar todas as tarefas de manutenção previstas no plano de manutenção citados no item anterior;

5.4.2.5. atualizar os planos de manutenção da aeronave toda vez que houver revisão dos manuais de manutenção do fabricante e enviar as versões atualizadas à Contratante;

5.4.2.6. ser responsável, nos casos em que for de interesse da Contratante, por gerenciar extensão de vencimento de tarefas do plano de manutenção ou a realização de procedimento de manutenção alternativo, assim considerado como aquele não previsto em publicação técnica aplicável à aeronave;

5.4.2.7. realizar consulta à fabricante da aeronave de possíveis extensões de vencimento, cujo resultado, se positivo, será submetido à aprovação da Contratante. Ressalta-se que, não obstante haver a aprovação supracitada, a responsabilidade técnica relativa à extensão de vencimentos ou realização de procedimentos alternativos é integralmente da Contratada. Em casos de extrema necessidade, a Contratada poderá solicitar, à Contratante, a extensão de vencimento de cheque de manutenção ou extensão de vencimento de motor ou componente;

5.4.2.8. ser responsável pela emissão do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA) ou qualquer outro documento mandatário a garantia da aeronavegabilidade da aeronave;

5.4.2.9. fornecer, a qualquer momento, quaisquer dados, documentação, da aeronave e seus componentes quando requerido pela Contratante no prazo máximo de 05 dias úteis;

5.4.2.10. fornecer mensalmente, mapa de componentes, mapa de diretrizes de aeronavegabilidade, mapa de inspeções, controle de ADs/DAs, Boletins de Serviço e STCs;

5.4.2.11. ser responsável por alimentar o Sistema de gestão aeronáutica da Contratante com todos os dados do CTM da Aeronave, ou aqueles que forem de maior relevância para a manutenção de informações no sistema acordados no momento da reunião inicial de contratação;

5.4.2.12. ser responsável pela atualização periódica dos registros do diário de bordo;

5.4.2.13. ser responsável pela atualização periódica dos registros em sistema de gestão próprio da Contratada;

5.4.2.14. ser responsável pela atualização periódica de TODOS os registros de manutenção das cadernetas de Hélices, Motores e Célula da Aeronave (caso haja um nível maior de detalhamento deverá ser responsável pela atualização e registro de todas as PARTES dessas cadernetas, como exemplo:

a) Caderneta de Motor (Engine Logbook):

1. Parte 1 – Histórico do Motor;
2. Parte 2 – Inspeções e Manutenções Programadas;
3. Parte 3 – Manutenção Corretiva e Reparos.

b) Caderneta de Célula (Airframe Logbook):

1. Parte 1 – Dados da Aeronave: Identificação da aeronave; horas totais de voos e ciclos (decolagens/pousos); históricos de modificações;
2. Parte 2 – Inspeções Programadas e Revisões;
3. Parte 3 – Manutenção Corretiva;

c) Caderneta de Hélice (Propeller Logbook):

1. Parte 1 – Identificação e Histórico da Hélice;
2. Parte 2 – Inspeções e Manutenção;

5.4.2.15. ser responsável pelo controle de vencimento dos bancos de dados do sistema de navegação e pelas atualizações (ex. FMS, cartas Jeppesen), demais softwares (programas) que estiverem disponíveis ou instalados na aeronave, das licenças e/ou certificados necessários para a correta operação da aeronave;

5.4.2.16. ser responsável pela atestação do Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) da aeronave junto a ANAC e ANATEL arcando com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da mesma, fornecendo à CONTRATANTE os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e ANATEL;

5.4.2.17. o CTM deverá ser ajustado para o emprego da aeronave em um perfil de utilização de **600 horas de voo por ano**.

5.4.2.18. a Contratada arcará com o pagamento de multas ou quaisquer ônus provenientes da comprovada inobservância de algum dos itens referentes ao serviço de CTM, bem como terá responsabilidade por qualquer falha comprovada na realização dos serviços, apurados mediante regular processo administrativo, observados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.2.19. emitir mensalmente mapa de componentes, inspeções, mapa de diretrizes de aeronavegabilidade e boletins de serviço para que haja o devido acompanhamento por parte da fiscalização.

5.5. MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS

5.5.1. Serão executadas em Centros de Serviços da Contratada e/ou hangar da Contratante para corrigir **discrepâncias identificadas durante as Manutenções Programadas**.

5.5.2. As Manutenções Não Programadas são realizadas para a correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito na AERONAVE, em um de seus sistemas ou componentes, de acordo com as publicações técnicas ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE da AERONAVE. Limitar-se-ão às atividades que a CONTRATADA está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Organização de Manutenção (“COM”).

5.5.3. A Contratada poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de Manutenção Não Programada, de acordo com as condições descritas neste Termo de Referência.

5.6. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA, SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

5.6.1. Serão subcontratados quando a Contratada não possa executar o serviço por lhe faltar específica certificação ou homologação da ANAC para manutenção de determinado componente aeronáutico da aeronave.

5.6.2. Podem ser imprevisíveis quanto ao momento de sua necessidade e, devido às suas peculiaridades, estão descritos neste Termo de Referência em razão do seu caráter ocasional.

5.6.3. Se o problema for verificado pelos Representantes da contratada responsáveis pelo Apoio técnico em campo, a Contratante deverá ser notificada para que seja procedida a informação à Contratada.

5.6.4. Esses Serviços compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

a) Suporte de Engenharia, como por exemplo:

1. análise de danos estruturais;
2. análise de danos devido à ingestão de FOD (objeto estranho potencial causador de dano na aeronave);
3. análise de danos devido à descargas elétricas atmosféricas e cargas estáticas excessivas;
4. definição de reparos necessários para restauração da Aeronavegabilidade;
5. Adequação do Plano de Manutenção – Low Utilization;

6. Aprovação de uma MEL junto a ANAC (Minimum Equipment List, lista baseada na MMEL e validada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para a CONTRATANTE indicando itens e equipamentos que deverão estar operantes para realização de voo sob condições específicas. Para esclarecimento, em caso de divergência entre a MEL e a MMEL, prevalecerá a primeira.);

- b) polimento de superfícies;
- c) serviços de capotaria: são todos os serviços relacionados à manutenção e recuperação dos assentos e encostos dos bancos dos pilotos e passageiros;
- d) serviços de reparos estruturais: são todos os serviços previstos no Manual de Reparos Estruturais do fabricante da aeronave;
- e) pintura geral, repintura e acabamentos, exceto os casos particulares previstos nesse TR, causados por sua intervenção manutentiva;
- f) serviços de reparo, recuperação e reforma interna;
- g) itens de interiores como poltronas, revestimentos de cabine, carpete, luzes de leitura;
- h) serviços de manutenção de terceiro nível: são os serviços não cobertos pelo apoio operacional, que necessitam de inspeção detalhada do componente em bancada e/ou teste em banco de provas, como, por exemplo, a revisão geral de motor; serviços de pintura externa e interna: são todos os serviços relacionados à pintura geral de aeronave conforme esquema de pintura no padrão de cor e textura aprovado pelo CAOP;
- i) cumprimento de diretivas técnicas;
- j) serviços de envio e coleta de componentes: são os serviços de frete para o envio e a coleta de componentes que necessitem passar por serviços eventuais de manutenção;
- k) Acidente ou incidente aeronáutico, ou dano por objeto estranho (FOD) não causado pela Contratada;
- l) do mau uso da Aeronave e suas partes e componentes, exceto quando praticado pela Contratada;
- m) da operação da Aeronave fora das suas especificações operacionais estabelecidas pelo Fabricante e validadas pela Autoridade Aeronáutica;
- n) de serviços de manutenção efetuados por terceiros ou peças instaladas por terceiros sem anuência expressa da Contratada;
- o) de catástrofes naturais;
- p) do manuseio inadequado de peças de manutenção por terceiros não autorizados pela CONTRATADA;
- q) mão-de-obra para os serviços que estiverem fora do escopo do APOIO OPERACIONAL a serem realizados no exterior;
- r) as Diretrizes de aeronavegabilidade (D.A.) e A.D em vigor e as que forem publicadas após a divulgação do edital de licitação inclusive as D.A.s relativas ao conceito de "FLIGHT SECURITY" (defesa da AERONAVE e seus ocupantes contra atos criminosos perpetrados por qualquer pessoa) e as relativas ao conceito "FLIGHT SAFETY" (segurança de voo, definida pela OACI como "estado no qual o risco de ferir pessoas ou causar danos em coisas se limita a, ou está mantido em ou abaixo de, um nível aceitável, através de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento de riscos");
- s) implementação de Boletins de Serviço não-mandatários aplicáveis à Aeronave;
- t) locação de componentes;
- u) revisão geral, reparo e aluguel de motores e seus componentes bem como todos serviços para os motores que estiverem fora do escopo da manutenção de linha;
- v) serviço de Datalink Satelital ou Serviço de Conectividade Aeronáutica;
- w) aquisição de licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados;
- x) monitoramento de saúde dos motores (EHM);
- y) locação de serviço de hangaragem fora de base, quando não houver hangaragem oferecida pela CONTRATADA ou em locais onde a CONTRATADA não possuir base; e
- z) contratação de plano de dados de conexão à internet.

5.6.5. Caso haja no mercado cartas aeronáuticas compatíveis com os aviônicos (eletrônica a bordo da aeronave) e de capacidade equivalente, a Contratada deverá submeter à Contratante para análise.

5.6.6. A Contratada deverá atualizar sempre que for necessário as licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados da aeronave, via e-mail ou por meio físico, via correios, observados as quantidades, qualidades e os prazos previstos neste Termo de Referência.

5.6.7. Não haverá subcontratação no caso de renovações/atestações do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) da aeronave junto a ANAC e ANATEL. A Contratada arcará com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da mesma, fornecendo à CONTRATANTE os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e ANATEL;

5.6.8. A CONTRATADA será responsável pela subcontratação das seguintes licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados para o KING AIR - B300:

- a) assinatura anual das Cartas Aeronáuticas Jeppesen;
- b) assinatura anual CAMP SYSTEM EHM para o motor P&W PT6A-60A;
- c) assinatura anual do banco de dados do FMS;
- d) assinatura anual de sistema Datalink.

5.6.9. No caso das assinaturas para o fornecimento de banco de dados, cartas aeronáuticas e outros necessários ao emprego e perfeita execução dos serviços das aeronaves, a CONTRATADA deverá disponibilizar as atualizações periódicas, via correios, e-mail ou por meio físico, observados as quantidades, qualidades e os prazos previstos neste Termo de Referência.

5.6.10. A Contratante efetuará o deslocamento da aeronave até um centro de serviços da contratada sempre que houver discrepâncias que não comprometam a aeronavegabilidade, cuja complexidade requeiram ferramentas especiais e/ou serviços técnicos de alta especialização. Em caráter de exceção, a Contratada está autorizada a atender a aeronave em um Centro de Serviço diferente daquele declarado no Contrato, se responsabilizando por todas as adequações impostas pelas Autoridades Aeronáuticas.

5.6.11. Caso as discrepâncias encontradas na aeronave a tornem não aeronavegável e não possam ser solucionadas pelo ATO, a Contratada deverá assessorar a CAOP para obter junto à ANAC as autorizações de traslado necessárias, bem como trazer a Aeronave à condição mínima de segurança que permita o traslado de forma segura.

5.6.12. Quando for necessário e/ou por motivo de regulamentação aeronáutica, a Contratada deverá fornecer para a Contratante:

- 5.6.12.1. Um inspetor de manutenção e/ou engenheiro aeronáutico ou engenheiro mecânico com habilitação no CREA para o acompanhamento das inspeções/revisões; e
- 5.6.12.2. Um técnico habilitado na especialidade em que se pretende solucionar o problema pertinente à aeronave.

5.7. FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS.

5.7.1. A CONTRATADA deverá fazer a gestão da diagonal de manutenção, assim como definir previamente o material a ser utilizado nas Inspeções Programadas, sem que haja prejuízo no tempo de início e término de tais Inspeções. Além disso, deverá efetuar a gestão para aquisição e fornecimento de materiais quando encontradas discrepâncias, durante a operação da aeronave, de forma a atender as metas de disponibilidade deste TR.

5.7.2. Todos os componentes aeronáuticos, fornecidos pela Contratada e necessários à disponibilização, na condição de aeronavegável, da aeronave deverão ser originais ou recomendados pelo fabricante.

5.7.3. No ato da entrega, os componentes aeronáuticos, de origem nacional ou estrangeira, deverão estar acompanhados das respectivas documentações

comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVVO, FAA FORM, EASA FORM etc.).

5.7.4. A Contratante poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem dos componentes aeronáuticos fornecidos pela Contratada.

5.7.5. A Contratada é responsável pelo material que compõe as embalagens dos materiais aeronáuticos por ela fornecidos, devendo notificar a Contratante sempre que forem empregadas substâncias que requerem procedimentos especiais de manuseio ou descarte.

5.7.6. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pela Contratante ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

5.7.7. O valor dos materiais aeronáuticos terá como referência as listas de preços (pricelist) dos respectivos Fabricantes disponíveis para consulta em endereço eletrônico. Esse valor será acrescido do percentual de taxa administrativa estabelecido pela Contratada no momento da proposta, conforme já discriminado no objeto.

5.7.8. A Contratante poderá solicitar mais orçamentos de materiais aeronáuticos, além do Pricelist dos fabricantes, sendo a Contratada responsável pela procedência e qualidade do material fornecido.

5.7.8.1. Para pricelists próprios da contratada, não haverá incidência de taxa administrativa, considerando que o valor disponibilizado já contém em sua composição as despesas discriminadas nas taxas administrativas.

5.7.8.2. As taxas administrativas a que se refere o item anterior deverão ser apresentadas separadamente, uma para aquisições no mercado nacional e outra para aquisições no mercado internacional.

a) A TAXA ADMINISTRATIVA para o Fornecimento de Componentes Importados e Nacionais poderá contemplar:

1. Tributos (que suportam a compra de componentes);
2. fretes;
3. custos de armazenagem;
4. outros custos logísticos; e
5. lucro.

5.7.9. A Contratada deverá prover os meios necessários para que o prazo de desembaraço alfandegário do material aeronáutico não ultrapasse 10 dias. Esse prazo poderá ser flexibilizado eventualmente em caso devidamente justificados pela contratada com a anuência da Contratante.

5.7.9.1. Em caso de descumprimento do prazo estabelecido, serão aplicadas sanções estabelecidas neste Termo de Referência, em especial na indisponibilidade, sem prejuízo às demais penalidades aplicáveis.

5.8. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM.

5.8.1. O ressarcimento de mecânico em viagem será pago de acordo com a demanda da CAOP. O montante disponibilizado no Item 11 foi estabelecido levando-se em consideração o Estudo Técnico preliminar (ETP).

5.8.2. O Ressarcimento com Despesas de Mecânico em Viagem será devido para cada pernoite fora de base. Não há o que se falar em pagamentos de meias diárias quando as missões retornarem no mesmo dia sem que tenha havido pernoite fora de sede.

5.8.3. O ressarcimento das despesas de viagem dos mecânicos designados pela CONTRATADA, quando do acompanhamento da aeronave em missões fora da sede contratual, observará os mesmos limites estabelecidos para as diárias de servidores da Administração Pública Federal, conforme o Decreto nº 11.872, de 29 de dezembro de 2023, que altera o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

5.8.4. Dessa forma, independentemente da categoria de hospedagem, dos estabelecimentos escolhidos para alimentação ou de eventuais custos de deslocamento local, o reembolso estará restrito aos valores máximos previstos no referido Decreto para hospedagem, alimentação e transporte.

5.8.4.1. Viagens Internacionais: o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, pela localidade de pernoite, referentes ao decreto 6.576 de 25 de setembro de 2008, Classe IV.

5.8.4.2. Transporte: Despesas com taxi/aplicativo de transporte limitadas ao valor estabelecido para o servidor público civil da União, como Adicional de Embarque e Desembarque;

5.8.5. É obrigatório apresentar no relatório mensal de faturamento os valores referentes ao ressarcimento dos mecânicos em viagem.

5.8.6. Serão ressarcidas as despesas decorrentes dos deslocamentos ordinários e extraordinários dos técnicos e/ou inspetores da Contratada sempre que estiverem executando os serviços descritos no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL fora da Sede (Brasília/DF).

5.8.7. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF ou da sede da CONTRATADA, pelo mecânico do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, o valor referente à mão-de-obra está incluso no custo fixo mensal pago pela Contratante, devendo a Contratante ressarcir a Contratada os valores referentes ao transporte, hospedagem e alimentação do mecânico.

Local e horário da Prestação dos Serviços

5.9. Os serviços de Apoio Técnico Operacional (ATO) serão prestados no seguinte endereço: Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal - CAOP. Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14 CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF.

5.9.1. As Manutenções Programadas serão executadas em centros de serviços da contratada, de acordo com as determinações da Autoridade Aeronáutica conforme regulamentação ou na sede da Contratada caso as normas da ANAC assim permitam.

5.9.2. O CTM poderá ser executados nos centros de serviços devido ao escopo de trabalho.

5.9.3. Os demais serviços eventuais e extraordinários serão executados conforme o local da demanda, tendo em vista que a ação manutentiva na aeronave pode ocorrer em qualquer parte do território nacional e fora dele.

Rotinas a serem cumpridas

5.10. MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

5.10.1. As datas de paradas da Aeronave em centro de serviços para execução das MANUTENÇÕES PROGRAMADAS deverão ser acordadas entre Contratada e Contratante sempre respeitando as datas limite estabelecidas pela Contratada.

5.10.2. Os Workscopes (relação dos serviços de manutenção apontados pela contratada como sendo os necessários e/ou obrigatórios para uma determinada parada de manutenção) serão determinados pela Contratada com base no Controle Técnico de Manutenção (CTM) da Contratada, com antecedência suficiente para o necessário planejamento de ambas as partes contratantes.

5.10.3. É de responsabilidade da Contratada o gerenciamento dos serviços que serão objeto das inspeções programadas com o intuito de coordenar o tempo previsto, de forma que as especialidades de cada sistema possam encontrar as discrepâncias em tempo oportuno para que a aeronave retorne às operações dentro do tempo acordado entre as partes e previsto no Manual da Aeronave. Qualquer atraso na entrega da aeronave, durante uma inspeção programada, por culpa da Contratada acarretará as sanções previstas neste Termo de Referência.

5.10.4. A Contratante poderá acompanhar, diretamente ou por intermédio de técnico formalmente designado, qualquer intervenção decorrente da execução do Contrato de Manutenção da aeronave.

5.10.5. A Contratada disponibilizará, diariamente, ao final do expediente, relatório contendo andamento dos serviços, cronograma de atividades e lista das tarefas (abertas, fechadas, pendentes e em andamento).

5.10.6. Se, por falha de procedimento da Contratada, ocorrer o vencimento de qualquer inspeção que somente possa ser realizada num centro de serviços, a Contratada deverá assessorar a Contratante para obter uma autorização especial de traslado junto à ANAC, bem como realizar tarefas eventualmente necessárias para que o referido traslado seja realizado em segurança.

5.10.7. A Contratada efetuará retoques na pintura e reparos de interiores, que tenham sido ocasionados em virtude de suas atividades ou de seus prepostos na execução dos serviços de manutenção, visando especialmente proteger áreas da Aeronave contra a corrosão.

5.10.8. Qualquer reparo de pintura e reparo nos interiores que tenham sido ocasionados pela intervenção manutentiva deverão ser suportados pela

Contratada não sendo possível o repasse desses custos para a Contratante.

5.10.9. Toda e qualquer discrepância identificada durante o processo, após análise da Contratada sobre capacidade de execução somente ocorrerá após a apresentação da Solicitação de Serviço, que poderá ser feita através de e-mail, entre Contratante e Contratada.

5.10.10. Para correção de discrepâncias identificadas durante a execução dos blocos de manutenção, será enviada uma cotação a parte, condicionada ao aceite da Contratante para prosseguimento da execução do serviço. Essas discrepâncias (finds) serão tratadas como Manutenções Não Programadas neste Termo de Referência.

5.11. APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

5.11.1. O ATO será realizado por 2 (dois) técnicos de manutenção da Contratada, em jornada própria a ser definida pela contratada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, podendo ser necessária a presença de outro técnico da Contratada, pela natureza do serviço ou devido à limitação de jornada de trabalho.

5.11.2. Quando a Aeronave estiver na base da CAOP em Brasília, a Empresa Contratada deverá disponibilizar, mediante acionamento e em regime de plantão permanente, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, pelo menos 01 (um) técnico para efetuar as atividades de manutenção de linha, a qualquer horário solicitado pela CAOP.

5.11.3. Uma vez acionada a Contratada, o técnico deverá dirigir-se imediatamente ao estabelecimento da Contratante, ficando por conta da Contratada todas as despesas de deslocamento do(s) técnico(s) até o estabelecimento da Contratante e seu retorno.

5.11.4. Os representantes da Contratada designado para o ATO deverão permanecer devidamente identificados e trajados, com uniforme fornecido pela Contratada.

5.11.5. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE todos os meios para acionamento do plantão, incluindo, mas não se limitando a, telefone celular, telefone fixo e endereço do plantonista responsável.

5.11.6. Durante sua escala de plantão, o plantonista do ATO deverá permanecer no Distrito Federal.

5.11.7. Exceto nos casos de atendimento para voos com hora agendada com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quando o representante da contratada deverá obrigatoriamente estar no estabelecimento da contratante no horário combinado com a antecedência necessária para inspecionar a Aeronave antes do voo, o tempo de resposta mediante acionamento deverá ser de, no máximo, 02h00min, respeitadas as limitações dos meios de transporte e locomoção.

5.11.8. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF, em situação de AOG ou necessidade de intervenção de manutenção corretiva necessárias para restabelecer as condições de aeronavegabilidade da Aeronave, e que possam ser solucionadas pelo ATO, o valor referente à mão-de-obra estará incluso nessa cláusula, devendo a Contratante ressarcir à Contratada os valores referentes ao transporte, hospedagem e alimentação do mecânico, conforme Item deste termo de Referência.

5.11.8.1. Quando houver necessidade, seja pela natureza do serviço ou por força de regulamentação aeronáutica, a CONTRATADA deverá apresentar, no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE, ou no local em que a aeronave se encontre em situação de AOG, mediante acionamento por escrito pela CONTRATANTE, técnicos habilitados para executarem o serviço.

5.11.9. Os técnicos necessários, em regime de plantão permanente, executarão todas as atividades inerentes a manutenção de campo, que compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

- a) limpeza externa da aeronave quando necessário (ex: limpeza de acessos por excesso de fluido, parte "espelhada" de atuadores, excesso de engraxamento, etc);
- b) assistência técnica nos acionamentos do(s) motor(es);
- c) acionamento(s) do(s) motor(es) em caso de manutenção/preservação quando for necessário;
- d) assistência técnica nas saídas e chegadas dos voos (inspeções pré-voo e pós-voo);
- e) cumprimento das manutenções de nível pista;
- f) correção das discrepâncias encontradas (manutenções corretivas), conforme cláusulas desse Termo de Referência (TR);
- g) download e upload dos dados do sistema de manutenção preditiva instalado na aeronave após o último voo do dia;
- h) atualização de banco de dados dos softwares instalados na aeronave;
- i) acompanhamento do abastecimento de combustível;
- j) cumprimento de manutenções preventivas (programadas) conforme cláusulas desse TR; e
- k) reboque da aeronave.

5.11.10. Procedimentos inerentes ao abastecimento de combustível:

- a) conferir se está corretamente estacionada e com calços nas rodas;
- b) checar se os sistemas elétricos desnecessários estão desligados;
- c) certificar-se de que as áreas de escape e ventilação de combustível estão desobstruídas;
- d) conectar o fio de aterramento da aeronave ao caminhão abastecedor para evitar risco de faíscas (descarga eletrostática);
- e) checar integridade, ausência de danos ou sujeira;
- f) confirmar tipo (JET A-1), quantidade e qualidade (verificação de densidade e ausência de contaminantes, quando aplicável);
- g) permanecer junto à aeronave, acompanhando todo o processo;
- h) fechar corretamente a tampa dos tanques;
- i) manter contato com pilotos para coordenar quantidade e distribuição do combustível; e
- j) utilizar luvas, óculos e protetores auriculares, se aplicável.

5.12. CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

5.12.1. Com base nas informações do Controle Técnico de Manutenção, bem como as informações previstas neste termo de referência, a Contratada enviará à Contratante os workscopes da manutenção programada a ser realizada na aeronave e seus motores, assim como suas respectivas datas limite, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias.

5.12.2. A partir da data de início até a data de término da vigência do Contrato, sempre que os Fabricantes ou autoridades aeronáuticas emitirem Diretrizes de Aeronavegabilidade e Boletins de Serviços aplicáveis à Aeronave ou seus motores, a Contratada enviará à Contratante um sumário explicativo daquelas diretrizes e boletins com informações gerais sobre seus cumprimentos.

5.12.3. As publicações de caráter operacional da AERONAVE serão fornecidas pela Contratada, ficando a organização física e manuseio sob a responsabilidade da Contratante.

5.12.4. O representante da Contratada designado para o ATO será responsável por coletar as informações de HORAS e CICLOS de VOO, AH e AC nos diários de bordo da Aeronave e enviá-las eletronicamente para a Contratada para que os serviços de CTM possam ser prestados.

5.12.5. Para a realização do serviço de CTM, a Contratante disponibilizará à empresa os seguintes dados:

5.12.6. Horas de voo, ciclos de voo e acionamentos dos motores e discrepâncias apresentadas.

5.12.7. A Contratante deverá manter atualizados os diários de bordo com as informações de horas e CICLOS de VOO, AH, AC e panes apresentadas pela AERONAVE. Tais informações devem ser atualizadas toda vez que a AERONAVE complete um CICLO DE VOO.

5.12.8. O serviço de CTM será apresentado pela CONTRATADA sob a forma de relatórios computadorizados de planilha eletrônica, apresentados

impressos, em arquivo magnético ou enviados à CONTRATANTE por meio de e-mails institucionais, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- a) Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, pousos e ciclos, além dos vencimentos das principais inspeções, peso e balanceamento, licença de estação, seguros e DENTEL;
- b) Histórico de todas as inspeções realizadas;
- c) Relação de inspeções a serem cumpridas;
- d) Controle de componentes com vida útil controlada/limitada (LLPs);
- e) Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade (DA) e AD EASA e AD FAA (autoridade aeronáutica americana);
- f) Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatórios e recomendados;
- g) Relatório de vencimento de componentes com vida útil limitada;
- h) Controle, fornecimento e atualização dos conjuntos de manuais de operação da Aeronave;
- i) Relatório mensal de EHM (Monitoramento da saúde do motor);
- j) Relatório de previsão das principais revisões vincendas, tendo como base a média de horas voadas à época da solicitação.

5.12.9. Será fornecida pela CONTRATADA uma pasta contendo todas as listagens referentes aos controles descritos.

5.12.10. Estas listagens serão atualizadas sempre que a AERONAVE cumprir uma inspeção periódica de seu PLANO DE MANUTENÇÃO acima de 100 (cem) horas de voo ou a cada mês (o que ocorrer primeiro).

5.12.11. A Contratada será responsável por informar a Contratante através de documento específico a previsão de vencimento de qualquer componente controlado, tarefa de manutenção ou serviço com antecedência mínima de: 100 (cem) horas de voo; 100 (cem) ciclos; 30 (trinta) dias, inclusive aquelas que dependam de providência da Contratante junto a autoridade aeronáutica ou outra empresa que preste serviço a Contratante – tal como seguradora ou despachante aeronáutico.

5.12.12. Se, por falha de procedimento da CONTRATADA, este procedimento não for realizado conforme previsto, a CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para resolver seus efeitos junto à ANAC, bem como realizar ou subcontratar tarefas eventualmente necessárias com este fim, cabendo a Contratada os custos.

5.13. MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS

5.13.1. Toda e qualquer discrepância identificada durante o processo, após análise da Contratada sobre capacidade de execução somente ocorrerá após a apresentação da Solicitação de Serviço, que poderá ser feita através de e-mail, entre Contratante e Contratada. Caso a Contratada não possua capacidade técnica para executar o serviço, deverá subcontratá-lo conforme esse termo de Referência.

5.13.2. Os orçamentos de MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS deverão expor em campo apropriado, o quantitativo de HOMEM/HORA utilizado na execução manutentiva.

5.13.3. O Valor do Homem/Hora deverá ser o mesmo praticado nas Manutenções Programadas.

5.13.4. A Contratante efetuará o deslocamento da aeronave até um centro de serviços da contratada sempre que houver discrepâncias que não comprometam a aeronavegabilidade, cuja complexidade requeiram ferramentas especiais e/ou serviços técnicos de alta especialização.

5.13.5. Em caráter de exceção, a Contratada está autorizada a atender a aeronave em um Centro de Serviço diferente daquele declarado no Contrato, se responsabilizando por todas as adequações impostas pelas Autoridades Aeronáuticas.

5.14. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA, SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

5.14.1. A Contratada poderá prestar os Serviços Eventuais de manutenção ou subcontratá-los, caso não possua capacidade técnica conforme determinação da Autoridade Aeronáutica ou existam no mercado outras empresas habilitadas a execução das tarefas previstas, visando manter a disponibilidade da Frota da CAOP.

5.14.2. Os orçamentos de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO deverão expor em campo apropriado, o quantitativo de HOMEM/HORA (unidade de mensuração adotada no mercado aeronáutico) utilizados na execução manutentiva.

5.14.3. Se o serviço for prestado diretamente pela Contratada o Valor do Homem/Hora deverá ser o mesmo praticado nas Manutenções Programadas e nas Manutenções Não Programadas.

5.14.4. No caso de subcontratação dos Serviços Eventuais de Manutenção descritos neste Termo de Referência, os licitantes poderão adicionar taxa administrativa de serviços conforme apresentado na proposta.

5.14.5. As taxas administrativas a que se refere o item anterior deverão ser apresentadas separadamente, uma para subcontratações nacionais e outra para subcontratações internacionais.

5.14.6. A Contratada deverá informar a Contratante sobre a necessidade de execução de um Serviço Eventual de Manutenção, seguindo a seguinte rotina:

- a) caso a Contratada tenha capacidade técnica para executar a manutenção, deverá apresentar cotação com a descrição do serviço e o quantitativo necessário de mão-de-obra (homem/hora - H/H) para a realização;
- b) caso existam no mercado outras empresas habilitadas à execução das tarefas previstas, a Contratada deverá apresentar outros orçamentos viabilizando a comparação de valores;
- c) a contratante, através de fiscal designado, irá autorizar a cotação mediante análise comparativa de valores, considerando a taxa administrativa e definindo a forma de execução (direta ou subcontratada);
- d) a Contratante iniciará a execução dos serviços eventuais após a autorização pelo fiscal respectivo;
- e) o fiscal do contrato irá autorizar o faturamento após o término do serviço e verificação de execução;
- f) no caso de não possuir capacidade técnica, a Contratada deverá apresentar pelo menos duas cotações de terceiros, que deverão trazer em campo apropriado o quantitativo de H/H necessário para a execução.
- g) se as cotações de terceiros não apresentarem os quantitativos de H/H, tendo em vista a natureza dos serviços executados, a Contratada deverá motivar, no momento da exposição dos orçamentos, por quais motivos as cotações não obedecem a descrição solicitada (exemplo: Serviços Eventuais subcontratados de banco de dados ou manutenção em avionicos, cuja cotação, muitas vezes não está associada somente ao emprego de mão de obra).
- h) A Contratada deverá apresentar os comprovantes de pagamentos e notas fiscais efetuados com terceiros tendo em vista as subcontratações, para que a fiscalização possa anexá-los ao processo de pagamento respectivo.

5.15. FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS.

5.15.1. Para os fins deste Termo de Referência, os preços dos materiais a serem adquiridos da Contratada, diretamente ou por subcontratação, necessários a qualquer serviço de manutenção na Aeronave, deverão estar de acordo com o “pricelist” dos Fabricantes, o que deverá ser comprovado pela Contratada.

5.15.2. Todos os componentes aeronáuticos, fornecidos pela Contratada e necessários à disponibilização, na condição de aeronavegável, da aeronave deverão ser originais ou recomendados pelos Fabricantes.

5.15.3. Os materiais aeronáuticos fornecidos pela Contratada deverão ser entregues:

- 5.15.3.1. Na Coordenação do Comando de Aviação da Polícia Federal, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral – Hangar 13/14. CEP: 71608-900 - Brasília-DF;
- 5.15.3.2. No Centro de Serviço da Contratada, quando a Aeronave estiver efetuando manutenções programadas que demandem a presença do avião; e

5.15.3.3. Em caso de AOG em que serão entregues em unidade da Polícia Federal mais próxima da localidade em que este evento ocorra ou no aeródromo em que ocorra o fato. Para tanto, haverá acerto prévio entre Contratada e Contratante.

5.15.3.4. Para os casos de envio de peças ao exterior, as despesas relativas ao envio serão cobradas da CONTRATANTE, na forma deste Termo de Referência.

5.15.4. Mediante a disponibilização das peças, materiais ou equipamentos necessários para que a aeronave retorne a sua condição de aeronavegável, a CONTRATADA deverá apresentar os componentes onde a AERONAVE estiver, nos seguintes prazos:

Item	Categoria	Lead Time
1	AOG	48 HORAS
2	ROTINA	96 HORAS

5.15.4.1. Aeronave em aeroportos internacionais: 72 (setenta e duas) horas, sendo que este período de tempo poderá variar em função das condições do aeroporto e dos voos regulares para o país em que o material deva ser enviado. neste caso, a contratada deverá encaminhar formalmente à Contratante as razões e os procedimentos adotados para a solução do problema.

5.15.4.2. A disponibilização dos materiais, peças ou equipamentos aeronáuticos que se refere a tabela acima contará a partir do momento em que a Contratada tenha o componente em estoque.

5.15.4.3. Caso a aeronave possa ser despachada pela MEL, o atendimento de materiais será postergado para evento mutuamente planejado entre as partes.

5.15.5. Para faturamento dos materiais aeronáuticos, caso estes sejam de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela Contratada, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

5.15.5.1. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a Contratada tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.15.6. A Contratada deverá oferecer à Contratante, no momento da compra de materiais novos, a possibilidade de adquirir a peça por meio de EXCHANGE (prática comum de compra de equipamento, cujo o ato está condicionado a entrega da peça inservível).

5.15.6.1. Se após a compra por meio de Exchange for cobrado ADICIONAL BILLING (custo adicional cobrado sobre o valor básico do Exchange para compensar o fornecedor nos casos em que o gasto para recuperação ou substituição do componente sem condição de uso for excessivamente oneroso ou antieconômico) esse adicional será tratado como Serviço Eventual de Manutenção, conforme aos cláusulas pertinentes desse TR.

5.15.6.2. Para o faturamento do Adicional Billing, a Contratada deverá apresentar laudo técnico (shipping finding report) do fornecedor indicando os defeitos existentes na peça para que se faça entender o porquê da cobrança adicional. A Contratada deverá apresentar nota fiscal de terceiros e comprovante de pagamento se o Adicional Billing for solicitado por fornecedor externo.

5.15.7. Caso o material a ser adquirido não faça parte do Pricelist dos fabricantes e/ou houver no mercado outros fornecedores que comercializem o material (componente), a Contratada deverá apresentar outros orçamentos e mapa comparativo de preço com "lead time", cabendo a contratante a escolha do equipamento que melhor lhe couber.

5.15.8. Caso a Contratante identifique no mercado componentes de mesmo PN, em valor inferior aos orçamentos apresentados caberá a Contratada tomar as providências necessárias de forma tempestiva para a aquisição do item.

5.15.9. O SMAN/CAOP não aceitará orçamentos em que forem verificados, mediante pesquisa de preços, valores incompatíveis com o praticado pelo mercado.

5.15.10. As notas fiscais, referentes a materiais adquiridos da Contratada pela Contratante, deverão vir acompanhadas de cópia do "pricelist" e de cópia do orçamento aprovado pela CAOP, e nelas (notas fiscais) deverão constar o número do orçamento aprovado, número do contrato e o prefixo da aeronave.

5.16. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM.

5.16.1. O Ressarcimento com Despesas de Mecânico em Viagem não se confunde com o pagamento de diárias nos deslocamentos dos voos em missões pela CAOP. Não há o que se falar em pagamentos de meias diárias quando as missões retornarem no mesmo dia sem que tenha havido pernoite fora de sede;

5.16.2. Serão ressarcidas as despesas decorrentes dos deslocamentos dos técnicos e/ou inspetores da Contratada sempre que estiverem executando os serviços descritos no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ordinários) ou SERVIÇO EVENTUAL DE MANUTENÇÃO (extraordinários) fora da Sede (Brasília/DF).

5.16.3. Caso haja necessidade de envio de funcionário da Contratada para o atendimento da Aeronave, deverão ser priorizados aproveitamentos em voos das aeronaves da Contratante.

5.16.4. Caso não seja possível o aproveitamento, os valores referentes ao transporte do mecânico terão como base as tarifas em classe econômica (maior desconto) da aviação comercial vigentes na data da solicitação.

5.16.5. A Contratada deverá apresentar três orçamentos, emitidos por Empresas Aéreas, decorrentes dos deslocamentos extraordinários dos técnicos, os quais deverão passar pela aprovação do fiscal do contrato.

5.16.6. No caso de acionamento, havendo a necessidade de deslocamento terrestre em ônibus interestadual ou intermunicipal; aluguel de carro, tendo em vista o prazo de atendimento ou localidades de difícil acesso e sem apoio das delegacias descentralizadas, as despesas referentes ao deslocamento será de responsabilidade da Contratante, devendo ser faturado neste item;

5.16.7. O tempo estimado de deslocamento dos técnicos, no caso de transporte realizado por empresas aéreas comerciais, contando-o desde a solicitação formal (e-mail por exemplo), será de:

- 24 horas no caso de AOG nas localidades de capitais dos Estados;
- 24 horas no caso de AOG nas seguintes localidades: Campinas, e outros aeroportos definidos no momento da reunião inicial de fiscalização; e
- 36 horas no caso de AOG nas demais localidades.

Materiais a Serem Disponibilizados

5.17. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.17.1. Os seguintes materiais, equipamentos, de apoio de solo, acessórios e peças nacionais ou estrangeiros, que forem utilizados no escopo dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO serão fornecidos pela Contratada e deverão ser originais ou recomendados pelo fabricante, os quais serão disponibilizados de forma permanente na base do Cliente em Brasília:

- Caixa de ferramentas padrão;
- Calibrador de nitrogênio;
- Garrafa de nitrogênio;
- Garrafa de oxigênio;
- Calibrador de pneu;
- Abastecedor de óleo;
- Amostra de combustível;
- Computador portátil (caso necessário);

- i) Macaco para troca de roda principal;
- j) Macaco para troca de roda auxiliar.

5.17.2. A CONTRATADA será responsável pela procedência, qualidade, rastreabilidade e garantia do seu fornecimento.

5.17.3. Cabe à Contratada fazer a gestão de vencimento de calibração e eventuais reparos das ferramentas e equipamentos que estarão alocadas de forma permanente na base do Cliente.

5.17.4. O SMAN/CAOP possui equipamentos de apoio ao solo (E.A.S), como por exemplo: escadas de manutenção e fontes de força auxiliares de partida (GPU, APU etc). A CONTRATADA está autorizada a utilizar esses E.A.S. sem prejuízo de a qualquer momento ser obrigada a disponibilizar qualquer equipamento que venha a ser utilizado nas práticas manutentivas da aeronave.

Informações Relevantes para o dimensionamento da proposta

5.18. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.18.1. MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

5.18.1.1. A serem prestadas diretamente pela CONTRATADA, serão remuneradas na forma de Homem/Hora, que é a unidade padrão adotada pelo mercado para cobrança de serviços de manutenção aeronáutica.

5.18.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer sua proposta, considerando uma utilização prevista de 600 horas de voo por ano.

5.18.1.3. Conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP) estimou-se o quantitativo de 870 (oitocentos e setenta reais) Homem/Hora (H/H) para serem utilizadas no Item 1 (Manutenções Programadas).

5.18.1.4. O quantitativo de H/H utilizado em cada fase ou manutenção específica nas Manutenções Programadas terá como base a planilha de Manutenção Programada constante no Anexo I do TR.

5.18.1.5. Os serviços constantes na planilha de Manutenção Programada, prevista no Anexo I deste Termo de Referência, bem como aqueles que vierem a surgir no decorrer da contratação e que não estejam contemplados na referida planilha — seja em razão de não vencimento de determinadas tarefas durante a elaboração inicial, seja por alterações no programa de manutenção estabelecido pelo fabricante — deverão ser devidamente quantificados pela Contratada e submetidos à aprovação prévia da Contratante mediante Proposta de Serviço.

5.18.1.6. No caso de novas inspeções programadas ou de serviços adicionais, o quantitativo de homem-hora a ser aplicado deverá ser acordado com o setor de fiscalização do contrato no momento oportuno, seja por ocasião do envio da cotação para execução do serviço, seja em outro momento considerado adequado pela Contratante.

5.18.2. APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ATO)

5.18.2.1. O ATO prevê a cobrança de Custo Fixo Mensal.

5.18.2.2. O valor a ser apresentado na proposta deverá considerar um valor fixo anual a ser pago em 12 parcelas mensais.

5.18.2.3. Mediante solicitação da empresa Contratada, a Contratante deverá fornecer no seu hangar um *espaço* para uso pela empresa Contratada, de forma a permitir o armazenamento de ferramentas, componentes e execução de pequenos reparos.

5.18.2.4. O espaço deverá dispor também de cabeamento e provisões para ponto de telefone/fax e Internet para uso da empresa Contratada, ficando por conta da empresa Contratada a aquisição dos equipamentos necessários para uso e contratação e pagamento destes serviços para com as respectivas concessionárias.

5.18.2.5. A CONTRATADA deverá ser capaz de executar o ATO, não havendo a possibilidade de subcontratação.

5.18.2.6. Haverá pagamento proporcional aos dias de efetiva atividade do Apoio Técnico Operacional (ATO) no caso de a aeronave KING AIR (B300) encontrar-se em manutenção programada com atraso exclusivo da Contratada na entrega dos serviços realizados em seu Centro de Serviço Autorizado, uma vez que, nessa hipótese, não se fará necessária a permanência dos integrantes do ATO na Base do CAOP em Brasília.

5.18.2.7. Ficam ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior, devidamente comprovadas pela Contratada, nas quais eventual atraso não poderá ser imputado a sua responsabilidade. Nesses casos, o pagamento mensal devido pela Administração não sofrerá redução, preservando-se o equilíbrio contratual.

5.18.2.8. Abaixo, seguem alguns exemplos de casos fortuitos e força maior:

a) **Condições meteorológicas extremas:** Fenômenos climáticos, como tempestades, tornados, furacões, nevascas, podem interferir nas atividades de manutenção, especialmente se estas precisarem ser realizadas ao ar livre;

b) **Desastres naturais:** Terremotos, inundações, incêndios florestais, entre outros, podem causar danos a instalações de manutenção e interromper as operações;

c) **Problemas de transporte:** Greves no setor de transporte, bloqueios de estradas, acidentes de transporte, ou outros eventos que impeçam a entrega de peças de reposição ou equipamentos essenciais;

d) **Interrupções no fornecimento de peças:** Dificuldades na cadeia de suprimentos, atrasos na produção de componentes, ou problemas na entrega de peças específicas podem causar atrasos na manutenção;

e) **Eventos geopolíticos:** Instabilidade política, conflitos armados, sanções internacionais, entre outros fatores geopolíticos podem impactar a logística e a segurança nas operações de manutenção;

f) **Pandemias e crises de saúde:** Como observado recentemente com a pandemia de COVID-19, eventos de saúde pública podem resultar em restrições de movimento, fechamento de instalações e impactos na força de trabalho, todos afetando a programação de manutenção.

g) **Falhas imprevistas durante a manutenção:** Descobertas inesperadas de problemas ou a necessidade de reparos adicionais durante a manutenção planejada podem prolongar o tempo necessário para a conclusão do trabalho.

5.18.3. CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM)

5.18.3.1. O CTM prevê a cobrança de Custo Fixo Mensal.

5.18.3.2. O valor a ser apresentado na proposta deverá considerar um valor fixo anual a ser pago em 12 parcelas mensais.

5.18.3.3. O representante da Contratada designado para o ATO será responsável por coletar as informações de HORAS e CICLOS de VOO, AH e AC nos diários de bordo das Aeronaves e enviá-las eletronicamente para a Contratada para que os serviços de CTM possam ser prestados;

5.18.3.4. Para a realização do serviço de Controle Técnico, a Contratante disponibilizará à empresa os seguintes dados:

1. Horas de voo, ciclos de voo e acionamentos dos motores; e
2. Discrepâncias apresentadas.

5.18.3.5. A Contratante deverá manter atualizados os diários de bordo com as informações de horas e CICLOS de VOO, AH, AC, e panes apresentadas pela Aeronave. Tais informações devem ser atualizadas toda vez que as Aeronaves completarem um ciclo de voo;

5.18.3.6. O serviço de CTM será apresentado pela Contratada sob a forma de relatórios computadorizados de planilha eletrônica, apresentados impressos, em arquivo magnético ou enviados à Contratante por meio de e-mails institucionais, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

1. Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, pousos e ciclos, além dos vencimentos das principais inspeções, peso e balanceamento, licença de estação, seguros e DENTEL;
2. Histórico de todas as inspeções realizadas;
3. Relação de inspeções a serem cumpridas;
4. Controle de componentes com vida útil controlada/limitada (LLPs);
5. Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade (DA) e AD EASA e AD FAA;
6. Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatórios e recomendados;
7. Relatório de vencimento de componentes com vida útil limitada;

8. Controle, fornecimento e atualização dos conjuntos de manuais de operação da Aeronave;
9. Relatório de previsão das principais revisões vincendas, tendo como base a média de horas voadas à época da solicitação.

5.18.3.7. Será fornecida pela Contratada uma pasta contendo todas as listagens referentes aos controles descritos;

5.18.3.8. Estas listagens serão atualizadas sempre que as Aeronaves cumprirem uma inspeção periódica de seu plano de manutenção acima de 100 (cem) horas de voo ou a cada mês (o que ocorrer primeiro);

5.18.3.9. A Contratada enviará à CAOP/DIREX/PF o conjunto de listagens atualizadas para inserção na pasta, juntamente com a fatura de cobrança dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO;

5.18.3.10. A Contratada será responsável por informar a Contratante através de documento específico a previsão de vencimento de qualquer componente controlado assim como qualquer tarefa de manutenção componente ou serviço com antecedência mínima de: 100 (cem) horas de voo; 100 (cem) ciclos; 30 (trinta) dias;

5.18.3.11. Caso a condição de aeronavegabilidade da aeronave e/ou a execução de qualquer tarefa de manutenção dependa de providência da Contratante junto a autoridade aeronáutica ou outra empresa que preste serviço a Contratante – tal como seguradora ou despachante aeronáutico - a Contratada será responsável por informar a Contratante através de documento específico do vencimento com antecedência mínima de: 100 (cem) horas de voo; 100 (cem) ciclos; 30 (trinta) dias. Se, por falha de procedimento da Contratada, este procedimento não for realizado conforme previsto, a Contratada deverá assessorar a Contratante para resolver seus efeitos junto à ANAC, bem como realizar ou subcontratar tarefas eventualmente necessárias com este fim, cabendo a Contratada os custos;

5.18.3.12. Caso a Contratante não seja comunicada especificamente com a antecedência prevista, a Contratada deverá arcar com a responsabilidade de disponibilizar todos os recursos à sua disposição; e

5.18.3.13. A Contratada deverá ser capaz de executar o Controle Técnico de Manutenção não havendo a possibilidade de subcontratação.

5.18.4. MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS

5.18.4.1. São os serviços prestados diretamente pela CONTRATADA, medidos na forma de Homem-Hora trabalhado. Estima-se a quantidade de 350 Homem-hora para atender a aeronave.

5.18.4.2. O custo do Homem/Hora (H/H) das Manutenções Não Programadas será idêntico às Manutenções Programadas;

5.18.4.3. Tendo em vista o caráter eventual dos serviços não programados, sua execução deverá ser precedida de expressa autorização da CONTRATANTE, após análise do SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF, emitida em orçamentos próprios.

5.18.4.4. Todos os orçamentos deverão expor em campo apropriado, no mínimo, as quantidades de HOMEM/HORA utilizados na execução manutentiva;

5.18.4.5. A Contratada poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de serviço eventual, de acordo com as condições descritas neste TR;

5.18.4.6. A CONTRATANTE deverá ser responsável por informar a CONTRATADA sobre a necessidade de execução de uma manutenção não programada (discrepância ou finds) durante uma inspeção principal.

5.18.4.7. Diretivas técnicas consideradas mandatórias pelo fabricante da aeronave, bem como Diretrizes de Aeronavegabilidade (DA) da ANAC, ou "Airworthiness Directive (AD)" do FAA ou EASA, deverão ser aplicadas pela CONTRATADA após a data de sua efetividade na primeira parada programada oportuna. A aplicação de diretivas ou diretrizes de aeronavegabilidade supracitadas consiste na execução do serviço requerido bem como sua escrituração técnica.

5.18.4.8. Estas diretivas podem ser, eventualmente, vencidas antes do início da execução contratual, vencidas durante o período de execução contratual ou vencidas fora do período de execução contratual. Para este último caso, a CONTRATANTE deverá avaliar a razoabilidade de sua execução, ponderando entre os impactos futuros de sua não aplicação e as dificuldades para aplicação da diretiva durante a execução contratual.

5.18.5. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA, SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

5.18.5.1. O ITEM 5 NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE. Devendo permanecer na célula "VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA" o montante de R\$ 1.462.500,00 (um milhão quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais).

5.18.5.2. O custo do Homem/Hora (H/H) dos Serviços Eventuais de Manutenção Prestados diretamente pela Contratada deverá ser idêntico às Manutenções Programadas e Não programadas.

5.18.5.3. Não haverá possibilidade de subcontratação no caso de renovações/atestações do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) da aeronave junto a ANAC e ANATEL. A Contratada arcará com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da mesma, fornecendo à Contratante os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e ANATEL;

5.18.5.4. Nenhum serviço subcontratado deverá ser prestado pela CONTRATADA antes da aprovação por escrito pela CONTRATANTE do respectivo orçamento.

5.18.5.5. A CONTRATADA poderá subcontratar os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO apresentando orçamentos que deverão ser submetidos à CAOP para análise, nos termos previstos neste Termo de Referência.

5.18.5.6. Nos casos de subcontratações em que apenas uma empresa detenha a exclusividade na prestação do serviço, será necessário apresentação de declaração de exclusividade dos serviços prestados ou documento análogo que comprove a exclusividade.

5.18.5.7. Todos os orçamentos de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SUBCONTRATADOS deverão expor em campo apropriado as quantidades de HOMEM/HORA utilizados na execução manutentiva;

5.18.5.8. A apresentação de orçamento de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO SUBCONTRATADO sem as devidas quantidades H/H expressas no documento não será aceita.

5.18.5.9. Casos excepcionais devidamente comprovados poderão ser aceitos.

5.18.5.10. No caso de subcontratação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO descritos neste Termo de Referência, os licitantes poderão adicionar TAXA ADMINISTRATIVA de serviços conforme apresentado na proposta.

5.18.5.11. As TAXAS ADMINISTRATIVAS referidas neste item deverão ser apresentadas separadamente, uma para subcontratações nacionais e outra para subcontratações internacionais.

5.18.5.12. A TAXA ADMINISTRATIVA dos serviços executados no exterior deverá contemplar:

1. Tributos (que suportam a compra de componentes);
2. fretes;
3. custos de armazenagem;
4. outros custos logísticos; e
5. lucro.

5.18.5.13. A TAXA ADMINISTRATIVA dos serviços executados no Brasil deverá contemplar:

1. Tributos (que suportam a compra de componentes);
2. fretes;
3. custos de armazenagem;
4. outros custos logísticos; e
5. lucro.

5.18.5.14. Os custos referentes, ao transporte, armazenagem, despachos aduaneiros e seguro de materiais aeronáuticos que a Contratada terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação estarão inclusos nas taxas administrativas de prestação dos serviços subcontratados.

5.18.6. FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS

5.18.6.1. O ITEM 8 NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE. Devendo permanecer na célula "VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA" o montante de R\$ 1.180.000,00 (um milhão cento e oitenta mil reais).

5.18.6.2. Os produtos aeronáuticos CONSUMÍVEIS (são os itens de consumo, necessários para as atividades da equipe técnica quando da realização dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, mas que não sejam componentes controlados de aplicação na aeronave nem óleos lubrificantes, tais como: graxas, spray de limpa contatos, arames de freio, panos de limpeza e outros.), estarão inclusos nas atividades manutentivas não havendo cobrança a parte.

5.18.6.3. O valor dos materiais aeronáuticos terá como referência as listas de preços (pricelist) dos respectivos Fabricantes disponíveis para consulta em endereço eletrônico. Poderá ser acrescido do percentual de taxa administrativa estabelecido pela Contratada no momento da proposta, conforme já discriminado no objeto.

5.18.6.4. A utilização do PRICELIST das fabricantes como referência não impede que sejam solicitados, pela Contratante, outros orçamentos de empresas do mercado para fins de comparação de preço.

5.18.6.5. Para pricelist próprios da contratada não haverá incidência de taxa administrativa, considerando que o valor disponibilizado já contém em sua composição as despesas discriminadas nas taxas administrativas.

5.18.6.6. Caso a Contratada obtenha desconto sobre os pricelists dos fabricantes, esse desconto deverá ser repassado a Contratante.

5.18.6.7. As TAXAS ADMINISTRATIVAS deverão ser apresentados separadamente, uma para aquisições no mercado nacional e outra para aquisições no mercado internacional.

a) A TAXA ADMINISTRATIVA para o Fornecimento de Componentes Importados deverá contemplar:

1. Tributos (que suportam a compra de componentes);
2. fretes;
3. custos de armazenagem;
4. outros custos logísticos; e
5. lucro.

b) A TAXA ADMINISTRATIVA para o Fornecimento de Componentes Nacionais deverá contemplar:

1. Tributos (que suportam a compra dos componentes);
2. fretes;
3. custos de armazenagem;
4. outros custos logísticos; e
5. lucro.

5.18.6.8. Para faturamento dos materiais aeronáuticos, caso estes sejam de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

5.18.6.9. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a Contratada tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

5.18.6.10. No fornecimento de materiais aeronáuticos à base de *exchange*, o procedimento será o mesmo adotado para os demais materiais aeronáuticos, considerando-se a avaliação – economicidade – para a base de troca no mercado.

5.18.6.11. A ocorrência do ADDITIONAL BILLING (custo adicional cobrado sobre o valor básico do *exchange* para compensar o fornecedor nos casos em que o gasto para recuperação ou substituição do componente sem condição de uso for excessivamente oneroso ou antieconômico) será admitida mediante comprovação por meio de laudo técnico de responsabilidade da Contratada, a ser submetida à avaliação da Contratante.

5.18.6.12. Não estão inclusos neste Item os materiais CONSUMÍVEIS, necessários para as atividades da equipe técnica quando da realização dos serviços de manutenção. Como exemplo: Graxas, spray limpa contato, arame de freio, panos de limpeza e outros.

5.18.6.13. A Contratada deverá prover os meios necessários para que o prazo de desembaraço alfandegário não ultrapasse 10 dias.

5.18.6.14. Esse prazo poderá flexibilizado eventualmente em caso devidamente justificados pela contratada com a anuência da Contratante.

5.18.6.15. Em caso de descumprimento do prazo estabelecido para o desembaraço alfandegário, serão aplicadas sanções estabelecidas nesse Termo de Referência, em especial na indisponibilidade, sem prejuízo às demais penalidades aplicáveis.

5.18.7. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM

5.18.7.1. O ITEM 11 NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE. Devendo permanecer na célula "VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA", o montante de R\$ 63.200,00 (sessenta e três mil e duzentos reais)

Especificação da Garantia do Serviço

5.19. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.20. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter os mecânicos em manutenção aeronáutica designados pela empresa para compor o Apoio Técnico Operacional (ATO), prepostos, aceito pela Administração no local do serviço para representá-la na execução do contrato, conforme Item do ATO deste TR.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;
- 6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em cláusula própria deste TR.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.3.1. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 7.3.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133 de 2021.
- 7.3.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 7.3.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 7.3.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.3.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

7.3.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

7.3.8. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.3.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

7.3.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.3.11. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.3.11.1. A mensuração de IMR é um critério claro e objetivo estabelecido pela Contratante para aferir a qualidade dos serviços contratados. Além de cumprir as metas estabelecidas, a Contratada deverá atender também aos demais critérios e condições estabelecidas neste Termo de Referência para a aceitação dos serviços prestados. A execução dos serviços será assistida pela equipe de fiscalização do contrato com a finalidade de verificar e orientar em detalhes os procedimentos adotados.

7.3.11.2. Os IMRs serão medidos, avaliados e calculados mensalmente e separadamente para cada item ou sub-item conforme tabelas previstas neste Termo de Referência, tendo como referência os serviços e peças consumidos naquele mês, considerando as 24 horas diárias e o total de dias em cada mês avaliado;

7.3.11.3. A abrangência dos indicadores de desempenho e a sua forma de cálculo estão definidos pelo Contratante neste Termo de Referência;

7.3.11.4. Caso a soma total das penalidades aplicadas em função do não atendimento dos IMRs ultrapasse 30% (trinta por cento) do faturamento mensal máximo, será considerado para efeito de desconto no valor mensal previsto para o pagamento o percentual de 30% (trinta por cento); e

7.3.11.5. Havendo descumprimento do IMR em que fique caracterizado evento alheio ao controle da Contratante poderão ser realizados ajustes na mensuração do IMR pela equipe de fiscalização.

7.4. IMR - MANUTENÇÃO PROGRAMADA:

7.4.1. As Manutenções programadas deverão ser realizadas em Centro de Serviço ou em outro local conforme disposições desse TR, em datas pré-acordadas entre a Contratada e a Contratante com antecedência suficiente para o necessário planejamento de ambas as partes;

7.4.2. Os períodos previstos para as manutenções programadas deverão ser estabelecidos na Reunião Inicial de Contratação e, caso seja necessário, as alterações deverão ser realizadas preferencialmente nas reuniões periódicas entre a Contratada e a Contratante;

7.4.3. A alteração da data da manutenção programada realizada fora do previsto no item anterior e sem a anuência da contratada será considerada intempestiva;

7.4.4. Caso a manutenção programada seja realizada fora das datas agendadas, o prazo de parada da aeronave será computado como indisponibilidade no item de Apoio Técnico Operacional;

7.4.5. Caso a aeronave não seja entregue na condição de aeronavegável em até 15 dias úteis após a data prevista para retorno da aeronave em virtude de manutenção programada, o atraso passará a ser computado como indisponibilidade do item de Apoio Técnico Operacional;

7.4.6. A CONTRATADA deverá informar no momento do agendamento da manutenção o prazo necessário para realização do serviço, seguindo o previsto na última versão do Plano de Manutenção da Aeronave (PMA);

7.4.7. O prazo previsto não poderá ser superior ao especificado no PMA;

7.4.8. Reunião Inicial de Fiscalização:

7.4.8.1. No momento da Reunião poderá ser acordado entre as partes a jornada de trabalho dos técnicos, o número de técnicos empregados durante a inspeção e/ou índice de multiplicação conforme o nível da inspeção.

7.4.8.2. Qualquer mudança na fórmula empregada que altere a quantidade máxima de dias exigida que as partes elaborem nova tabela de Inspeções Programadas para que seja usada como parâmetro para o Índice de Medição de Resultado (IMR).

7.4.9. Se durante o período de Manutenção Programada ocorrerem Manutenções Não-Programadas que demandem pesquisa de pane complexa, casos fortuitos ou força maior, as partes poderão acordar nova data de entrega que deverá ser seguida sem prejuízo de uso dos critérios de medição relacionados abaixo.

7.4.10. **A glosa incidirá unicamente sobre o montante relativo à mão de obra constante da cotação apresentada para a execução do serviço de manutenção programada**, sem prejuízo de aplicação de glosa por indisponibilidade constante no IMR do Apoio Técnico Operacional.

7.4.11. Tabela: IMR para Manutenções Programadas:

IMR para Manutenção Programada e Não Programadas	Critério de Medição	% de Glosa sobre valor do item
1. Alteração intempestiva de data para manutenção programada.	Por evento	10% + glosa por indisponibilidade
2. Deixar vencer CVA ou RCA ou qualquer outro documento exigido pela ANAC.	Por evento	10% + glosa por indisponibilidade
Cumprimento de prazo de parada até a data acordada (DA).	Até a data acordada	Aceito
	1d < DA ≤ 5d úteis	20% até 5 dias de atraso
	5d úteis < DA ≤ 15d úteis	2% por dia até o limite de 20%
4. Atraso na entrega após manutenção. Superior a 15 dias úteis.	15d úteis < DA	50% + glosa por indisponibilidade

Observação: a) O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item.

7.5. IMR - APOIO TÉCNICO OPERACIONAL:

7.5.1. A qualidade dos serviços prestados pela Contratada no item Apoio Técnico Operacional (ATO) será aferida a partir do tempo de disponibilidade para voo, calculada para os últimos 3 meses anteriores ao período de faturamento. Excepcionalmente, nos dois primeiros e dois últimos meses de vigência de contrato será realizada análise mensal.

7.5.2. O índice de indisponibilidade será atualizado diariamente pela equipe de fiscalização e a informação repassada a CONTRATADA ao fim de cada semana somente para efeitos informativos, possibilitando a CONTRATADA atuação proativa na adoção de medidas necessárias a garantia dos IMRs previsto neste Termo de Referência.

7.5.3. A glosa a ser aplicada em caso de descumprimento do IMR estabelecido será sobre o valor mensal do sub-item apresentado na proposta.

7.5.4. A CONTRATADA deverá zelar para evitar a falta ou prestação de informação incorreta dos meios de acionamento do plantão de ATO, não se limitando a telefone celular, mas também, endereço e telefone fixo ou qualquer outro meio de contato, que impeça ou atrase o acionamento e acarrete em prejuízos ao bom andamento dos serviços.

7.5.5. A inspeção de pré-voo, deverá ser realizada a cada dia útil, na aeronave disponível na base e devidamente registrada e a informação encaminhada ao responsável pela fiscalização ou ao plantonista responsável até o meio dia.

7.5.6. A CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente, no relatório de prestação dos serviços, informações que justifiquem o descumprimento do IMR para análise da equipe de fiscalização técnica. As justificativas poderão ser aceitas pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da CONTRATADA.

7.5.7. Havendo descumprimento do IMR, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, o período de indisponibilidade será desconsiderado para efeito de cálculo do índice no mês de ocorrência.

7.5.8. Não será considerado para o computo do IMR, a quantidade de dias compreendido entre a data de entrega da aeronave no Centro de Serviços e a data prevista de decolagem do Centro de Serviços para o traslado após manutenção programada – incluindo-se ambas as datas – conforme previsão da quantidade de dias prevista em diagonal de manutenção entregue pela Contratada com as datas de manutenção programadas.

7.5.9. Será considerado dia de indisponibilidade da aeronave se:

- 7.5.9.1. A discrepância identificada, ainda que coberta pela MEL, tenha ultrapassado o prazo máximo de dias estabelecido no documento;
- 7.5.9.2. Não for realizada inspeção diária até ao meio dia;
- 7.5.9.3. Tenha a data de manutenção programada alterada intempestivamente;
- 7.5.9.4. Tenha vencido CVA ou RCA;
- 7.5.9.5. O atraso para retorno da aeronave após manutenção programada ultrapassar o 15º dia útil;
- 7.5.9.6. Permanecer indisponível nos dias não úteis imediatamente subsequentes a indisponibilidade citada nos itens anteriores, salvo se a discrepância for solucionada neste período;
- 7.5.9.7. For realizada permuta de componentes entre as aeronaves da frota que caracterize a intenção de transferência de disponibilidade e interrupção de contagem de dias;
- 7.5.9.8. O índice de disponibilidade refere-se aos dias em que cada aeronave estiver disponível para o voo, é critério usual do mercado aeronáutico, servindo para medir a qualidade dos serviços prestados.
- 7.5.9.9. Tabela de IMR para Apoio Técnico Operacional (ATO):

IMR – Apoio Técnico Operacional – Média de disponibilidade de cada aeronave superior a 85%.	Critério de Medição	% de Glosa sobre o valor mensal do sub-item
1. Não comparecimento do responsável dentro do prazo de 2 horas após acionamento.	por evento	5% por ocorrência
2. Não comparecimento do responsável dentro do prazo agendado com 24h de antecedência.	por evento	5% por ocorrência
3. Apresentar-se para o trabalho sem uniforme/macacão, identificação e/ou EPI.	por evento 5% por ocorrência	2% por ocorrência
4. Ausência de realização de inspeção visual diária devidamente documentada ou atraso na entrega do documento.	por evento	2% por hora de atraso limitado a 10%
5. Falta ou informação incorreta dos meios de contato dos responsáveis pelo ATO por evento 10% por ocorrência.	por evento	10% por ocorrência
6. Índice de disponibilidade de cada aeronave.	DISP ≥ 85%	Aceito
	81% ≤ DISP < 85%	5% de glosa no valor mensal do ATO
	76% ≤ DISP < 80%	10% de glosa no valor mensal do ATO
	71% ≤ DISP < 75%	15% de glosa no valor mensal do ATO
	66% ≤ DISP < 70%	25% de glosa no valor mensal do ATO
7. Indisponibilidade ou atraso superior a 1 hora de técnico de ATO para acompanhar voo Por Evento 5% por ocorrência.	DISP < 65%	30% + 1% de glosa no valor do ATO para cada 1% de variação.
	Por Evento 5% por ocorrência	5% por ocorrência

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item ou subitem.

7.5.10. IMR - CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM):

- 7.5.10.1. O Controle Técnico de Manutenção deverá ser prestado conforme estipulado na forma de prestação de serviços constante deste Termo de Referência.
- 7.5.10.2. Em caso de descumprimento de IMRs relativos a CTM em que a causa seja a falta de informações a serem fornecidas pela CONTRATANTE o período de atraso na prestação das informações será desconsiderado no computo total dos dias desde que devidamente reconhecido pela Equipe de fiscalização.
- 7.5.10.3. Tabela de IMR para Controle Técnico de Manutenção:

IMR – Controle Técnico de Manutenção	Critério de Medição	% de Glosa sobre o valor mensal do sub-item
1. Deixar de enviar relatório mensal de CTM.	Por dia de atraso	5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%
2. Deixar de coletar as informações de HORAS e CICLOS de VOO, AH e AC nos diários de bordo da AERONAVE conforme TR.	Por Evento 5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%	5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%
3. Deixar de fornecer pasta com listagem referente ao controle após inspeção periódica superior a 100h.	Após 10 dias da inspeção	1% por dia de atraso 1% por dia de atraso
4. Deixar de encaminhar previsão de vencimento de componente e/ou inspeção no prazo estipulado no TR.	100% < Hora ou dia ≤ 50%	2% do valor total do CTM
	50% < Hora ou dia	10% do valor mensal
	Após vencimento	15% do valor mensal
5. Se o vencimento do componente ou tarefa causar indisponibilidade ou perda de CVA, IAM, D.A. ou AD.	Por Evento	30% do valor mensal (não cumulativo com o IMR anterior)
6. Dar causa a perda de certificados junto à ANAC (ex: CVA).	Por Evento	30% por ocorrência + glosa por indisponibilidade
7. deixar de realizar renovação de assinatura de banco de dados e/ou cartas aeronáuticas.	Por Evento	25% + 1% por dia de atraso na disponibilização da assinatura

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item ou sub-item.

7.5.11. IMR - MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS

- 7.5.11.1. Em caso de necessidade de realização de uma manutenção não programada (finds - discrepâncias encontradas durante as inspeções principais) a CONTRATADA deverá informar no orçamento a quantidade de homem hora necessário para execução do serviço. Este quantitativo será utilizado para efeitos de pagamento dos serviços, bem como de cálculo do IMR.
- 7.5.11.2. **A glosa incidirá unicamente sobre o montante relativo à mão de obra constante da cotação apresentada para a execução do serviço de manutenção não programada**, sem prejuízo de aplicação de glosa por indisponibilidade constante no IMR do Apoio Técnico Operacional.
- 7.5.11.3. Tabela de IMR para Manutenções Não Programadas:

IMR – Manutenções Não Programadas	Critério de Medição	% de Glosa sobre o montante relativo à mão de obra constante da cotação apresentada para a execução do serviço de manutenção não programada
1. Deixar de enviar orçamento em até 5 dias após a constatação da discrepância.	Por dia de atraso	5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%
2. Deixar de informar a necessidade de realização de manutenção não programada até 1 dia após ciência.	Por Evento	3%
3. Cumprimento do prazo de devolução da aeronave até a data acordada (DA).	Até a data acordada	Aceito
	Id < DA ≤ 5d úteis	2% até 5 dias úteis de atraso

	5d úteis < DA ≤ 15d úteis	1% por dia até o limite de 10%
4. Atraso na entrega após manutenção superior a 15 dias úteis.	15d úteis > DA	12% + glosa por indisponibilidade

7.5.12. IMR - SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (PRESTADOS DIRETAMENTE PELA CONTRATADA), SUBCONTRATADOS E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

7.5.12.1. A forma de prestação de serviço de Serviço Eventual de Manutenção, bem como, Serviços Subcontratados de Manutenção deverá observar os dispostos neste Termo de Referência.

7.5.12.2. Em caso de necessidade de realização de serviço eventual de manutenção ou subcontratação de serviço de manutenção a CONTRATADA deverá informar no orçamento a quantidade de homem hora necessário para execução do serviço. Este quantitativo será utilizado para efeitos de pagamento dos serviços, bem como de cálculo do IMR.

7.5.12.3. No caso de realização de serviços eventuais em conjunto com a manutenção programada/ não programada o prazo para execução de ambos os serviços deverá ser somado a fim de facilitar o controle e fiscalização por parte da equipe técnica, o computo acumulativo de prazo não será realizado caso, devidamente justificado, tal procedimento possa causar prejuízos ou atrasos, nesse caso deverá ser acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA o novo prazo total para retorno da aeronave.

7.5.12.4. Em caso de descumprimento de prazo decorrente do item anterior serão aplicadas os IMRs para ambos serviços salvo se o recebimento definitivo do serviço de manutenção programada/não programada já houver sido realizado pela equipe técnica.

7.5.12.5. Tabela de IMR para Serviços Eventuais de Manutenção (prestados diretamente pela contratada), Subcontratados e Locação de Componentes:

IMR para Serviço Eventual de Manutenção e Manutenção Não programada.	Critério de Medição	% de Glosa sobre valor Orçado
1. Deixar de informar a necessidade de realização de serviço eventual até 1 dia após ciência.	Por Evento	3% + glosa por indisponibilidade
2. Deixar de encaminhar orçamento dentro do prazo estipulado dando causa a indisponibilidade.	Por Evento	10% do valor do orçamento
3. Cumprimento do prazo de devolução da aeronave até a data acordada (DA).	Até a data acordada	Aceito
	1d < DA ≤ 5d úteis	2% até 5 dias úteis de atraso
	5d úteis < DA ≤ 15d úteis	1% por dia até o limite de 10%
4. Atraso na entrega após manutenção superior a 15 dias úteis.	15d úteis > DA	12% + glosa por indisponibilidade
5. Deixar de realizar renovação das assinaturas periódicas (FMS, Banco de dados etc).	por evento	30 % + glosa por indisponibilidade

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item ou sub-item.

7.5.12.6. Não será considerado no cômputo do prazo de entrega o atraso ocasionado por ausência de peças, desde que devidamente justificado pela Contratada, levando-se em consideração o item 10.8 desse Termo de Referência (TR).

7.5.12.7. O não cumprimento do prazo de entrega por parte de empresa subcontratada pela Contratada não servirá de justificativa para os atraso no prazo de devolução da aeronave, exceto se a justificativa apresentada for aceita pela Equipe de fiscalização.

7.5.13. IMR - FORNECIMENTO DE COMPONENTES AERONÁUTICOS.

7.5.13.1. A forma de prestação de serviço de Fornecimento de Componentes Aeronáuticos deverá observar o disposto neste Termo de Referência.

7.5.13.2. Caso a CONTRATADA deixe de fornecer componentes aeronáuticos conforme este Termo de Referência nos prazos estipulados de entrega em AOG e ROTINA, será aplicada glosa de 30% + glosa por indisponibilidade.

7.5.13.3. Tabela de IMR para FORNECIMENTO DE COMPONENTES AERONÁUTICOS:

IMR para Fornecimento de Componentes Aeronáuticos.	Critério de medição	% de Glosa sobre Taxa de Administração
1. Praticar preços diferentes dos preços informados em pricelist atualizada pela CONTRATADA.	Por Evento	50% da taxa administrativa
2. Deixar de apresentar laudo técnico em conjunto com a ADDITIONAL BILLING.	Por Evento	50% da taxa administrativa
3. Não repassar os descontos obtidos em pricelist das fabricantes.	Por evento	80% da taxa administrativa

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item.

7.5.14. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM

7.5.14.1. A forma de prestação do serviço de Ressarcimento com Despesas de Mecânico em Viagem deverá observar o disposto neste Termo de Referência.

IMR para Fornecimento de Componentes Aeronáuticos	Critério de medição	% de Glosa sobre o valor orçado
1. Ultrapassar o tempo estimado de atendimento previsto no caso de AOG conforme TR.	Por Evento	10% sobre o valor mensal devido
2. Deixar de apresentar relatório mensal de faturamento referente aos serviços de ressarcimento de mecânico em viagem.	Por Evento	5 % sobre o valor mensal devido
3. Dar atraso ao voo da Aeronave da CAOP, no caso dos/ mecânicos que acompanham a missão.	Por Evento	5 % sobre o valor mensal devido

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item

7.5.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.5.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei 14.133 de 2021.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

- 7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.19.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- Liquidação**
- 7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I - o prazo de validade;
 - II - a data da emissão;
 - III - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - IV - o período respectivo de execução do contrato;
 - V - o valor a pagar; e
 - VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/09/2025 (*data da assinatura do Mapa de Preços*).

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47.5. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Gestão do Contrato

7.48. Até 15 dias após a assinatura do contrato, será realizada a Reunião Inicial de Fiscalização, com a presença do preposto da Contratada, bem como da equipe de fiscalização designada pelo Contratante e a equipe responsável de Planejamento da Contratação.

7.49. A Reunião destinar-se-á à apresentação do Plano de Fiscalização a ser adotado pelas partes, que será firmado observando o disposto neste Termo de Referência, Edital e Contrato, contendo no mínimo: informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.50. Os assuntos tratados na reunião inicial serão registrados em ata e assinado por todos os participantes.

7.51. A CONTRATADA deverá enviar o preposto ou equipe designada para participar das reuniões periódicas, que poderão ser realizadas por vídeo conferência, que tem por finalidade garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.

7.52. Poderão ser marcadas reuniões extraordinárias entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA sempre que considerado necessário, neste caso a data deverá ser pré-acordada entre as partes.

7.53. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização do Gestor do Contrato, o prazo para a prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.

7.54. A gestão de contrato será realizada conforme estabelecido na IN nº 5/2017, a partir da formação da equipe de fiscalização formada por no mínimo, o gestor do contrato, fiscal requisitante, fiscal técnico e fiscal administrativo.

7.55. Dos mecanismos formais de comunicação.

7.55.1. O canal de comunicação entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do preposto. O preposto é o representante da CONTRATADA junto à Polícia Federal. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra ao CONTRATANTE.

7.55.2. A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará preferencialmente por meio escrito, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO, nas formas relacionadas na tabela abaixo:

DOCUMENTO	FUNÇÃO	EMISSOR	DESTINATÁRIO	PERIODICIDADE
Ofício	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
E-mail	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
Ordem de Serviço	Autorização para prestação dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Relatório Geral de Faturamento	Atestar as condições em que os serviços foram prestados	Contratada	Contratante	Mensal
Termo de Recebimento Provisório	Recebimento provisório dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Termo de Recebimento Definitivo	Recebimento definitivo dos serviços	Contratante	Contratada	Mensal
Ata de Reunião	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário

Tabela 14

7.56. Relatório Geral de Faturamento

7.56.1. A Contratada deverá apresentar mensalmente por escrito o Relatório Geral de Faturamento até o 5º dia útil do mês subsequente, composto pelos seguintes relatórios gerenciais e técnicos, para comprovação e fiscalização dos serviços prestados:

7.56.2. Relatório mensal no formato fornecido pela Contratante em que constarão, no mínimo, as características de prestação de cada serviço, distribuído por item e subitem.

7.56.3. No caso de não ocorrência de algum serviço prestado por evento, será admitida a supressão das informações a fim de tornar o documento mais sucinto.

7.56.4. Os demais relatórios mensais previstos neste Termo de Referência deverão ser parte integrante do Relatório Geral de Faturamento, ainda que já tenha sido prestada a informação por outro meio, por exemplo o relatório mensal de Controle Técnico de Manutenção.

7.56.5. Sugestões de alteração e simplificação do Relatório Geral de Faturamento poderão ser adotadas desde que haja acordo entre a Contratada e a Contratante e não resultem e omissão de informações relevantes que possam causar prejuízo ao bom andamento das fiscalizações.

7.56.6. A seu critério, a Contratante poderá solicitar a comprovação de fidelidade das informações e dados apresentados nos relatórios.

7.56.7. A recusa ou a morosidade da Contratada em cooperar com a comprovação de fidelidade dos dados dos relatórios, caracterizadas pela ausência de respostas ou não apresentação dos documentos solicitados em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de solicitação, implicarão em suspensão dos pagamentos, sanções e penalidades aplicáveis.

7.57. Da Forma de Remuneração

7.57.1. A prestação dos serviços será remunerada a partir da garantia de disponibilidade, bem como do atendimento aos demais critérios de aceitação descritos neste Termo de Referência.

7.57.2. O valor do pagamento mensal pelos serviços será calculado de acordo com a efetiva execução dos serviços, aplicados os descontos relativos ao eventual descumprimento dos indicadores mínimos de desempenho, bem como das demais obrigações contratuais. Assim, o valor mensal a ser pago pelo serviço será calculado com base na fórmula abaixo:

7.57.3. Remuneração Mensal Total = valor mensal a ser pago à CONTRATADA resultante da soma de todos os itens e subitens já aplicados os descontos decorrentes do não cumprimento dos IMRs.

7.57.4. Remuneração Mensal por item ou subitem = $[(\text{Valor Anual Contratado para cada item ou subitem}/12) * (1 - \text{Desconto a ser aplicado por descumprimento de IMR para cada item/subitem})]$.

7.57.5. Onde:

7.57.6. Remuneração Mensal por item/subitem = Valor a pagar calculado separadamente para cada item ou subitem considerando o valor da proposta apresentado pela Contratada assim como demais correções decorrentes de renovação ou aditivos contratuais posteriores;

7.57.7. Valor Anual Contratado = Valor total anual estabelecido em Contrato;

7.57.8. Indicador Mínimo de Desempenho (IMR) = percentual de redução/glosa a ser aplicada em razão do não atingimento dos níveis de serviço e indicadores de desempenho mínimos, limitado a 30%, conforme descrito no item 16 deste Termo de Referência;

7.57.9. Não haverá qualquer espécie de bônus, premiação ou pagamento adicional para os casos em que a Contratada supere os IMRs exigidos, ou caso seja necessária a alocação de maior número de profissionais e outros recursos para alcançá-las.

7.57.10. No início de cada mês, a Contratante encaminhará Ordem de Serviço (O.S.) contendo os itens previstos no objeto da contratação a serem executados no respectivo mês, sem prejuízo da emissão de O.S. adicionais para atendimento de serviços extraordinários ou complementares.

7.57.11. Ao final de cada mês, a Contratada apresentará Relatório de Faturamento Mensal, conforme modelo disponibilizado pela Contratante, relacionando todos os serviços efetivamente prestados no período.

7.57.12. Após a análise do Relatório de Faturamento, a Contratante devolverá o documento à Contratada, contendo eventuais glosas e a devida autorização para emissão da Nota Fiscal correspondente.

7.57.13. Os prazos máximos para apresentação e devolução dos relatórios serão estabelecidos em reunião inicial de manutenção, a ser realizada entre as partes.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

- 8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de até 0,2% (**zero vírgula 2** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (dez)** dias.
- 8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,1% (**zero vírgula um** por cento) a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,1% (zero vírgula 1** por cento) a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,1% (**zero vírgula um** por cento) a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (zero vírgula um** por cento) a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,1% (**zero vírgula um** por cento) a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será a Empreitada por Preço Unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 9.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.
- 9.4. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

Exigências de Habilitação

- 9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.14. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.**

- 9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.28.1. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.31. Prova de atendimento aos requisitos emitidos pela ANAC, previstos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil RBAC:
- 9.31.1. apresentação de Certificado de Homologação de Empresa (CHE) ou Certificado de Organização de Manutenção (COM), para **Categoria Célula – Classe 4**, para executar todos os níveis de manutenção previstos;
- 9.31.2. apresentação do Manual de Organização de Manutenção, conforme parágrafos 145.207 e 145.209 do RBAC 145;
- 9.31.3. apresentação do Manual de Controle de Qualidade, conforme parágrafo 145.211 do RBAC 145; e
- 9.31.4. Comprovar certificação ANAC que demonstre a capacidade da Empresa em executar manutenções (Especificações Operativas - EO) na Aeronave KING AIR - B300, B300ER e/ou B300C (350i) (célula, aviônica e motores - PT6A-60A), sem limitações operativas, para todos os níveis de manutenção previstos no Termo de Referência.
- a) **Célula Classe 4:** Aeronaves fabricadas em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado acima de 12500 lbf (5670 kgf), no caso de aviões.
- 9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, em plena validade.
- 9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil
- 9.34. Possuir ao menos 1 (um) Centro de Serviços no País, para manutenção aeronáutica, com capacidade de hangaragem suficiente para receber 1 (uma) aeronave KING AIR - B300, B300ER e/ou B300C (350i).
- 9.35. Apresentação de Seguro de Responsabilidade civil para guarda e conservação da aeronave em hangar.

Qualificação Técnico-Operacional

- 9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço na aeronave modelo KING AIR - B300, B300ER e/ou B300C, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.37. A exigência de aptidão no modelo específico de aeronave objeto desta contratação está contida no Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 9.37.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.37.1.1. Atestados de capacidade técnica no modelo B300, B300ER e/ou B300C;
- 9.37.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.37.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.37.1.4. Os atestados de capacidade técnica deverão ter sido emitidos dentro de 3 (três) anos anteriores a data de publicação do edital dessa contratação.
- 9.37.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.37.1.6. Os atestados de capacidade deverão trazer - por exemplo - informações de inspeções de 100 horas; 200 horas; inspeções de tratamento corrosivo; MINOR do motor; remoção e instalação de grandes componentes (motor, hélice, FCU, por exemplo) e outras inspeções que comprovem que a licitante tem plena capacidade de execução dos serviços de manutenção pertinentes ao TR.
- 9.37.1.7. Não serão aceitos atestados que tragam apenas reformas de interiores, pinturas de aeronaves.
- 9.38. O licitante deve informar na proposta o endereço completo do local onde serão realizadas as inspeções.

Qualificação Técnico-Profissional

- 9.39. Os documentos abaixo listados deverão ser apresentados no momento da assinatura do contrato.
- 9.39.1. Apresentação de profissional, abaixo indicado, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
- 9.39.1.1. Engenheiro aeronáutico, ou um engenheiro mecânico, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, que participará do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativa à atividade de execução de serviços de manutenção em aeronave KING AIR - modelo B300, B300ER e/ou B300C ou serviços de complexidade tecnológica equivalente ou superior, em relação aos serviços descritos, para atuar na função de responsável técnico pela qualidade dos serviços de manutenção;
- 9.39.1.2. O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.39.2. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
- 9.39.3. O licitante deve possuir em seu quadro de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de produtos aeronáuticos, todos habilitados pela ANAC, os quais prestarão os serviços descritos pelo Apoio Técnico Operacional, composta de, no mínimo:
- 9.39.3.1. **02 (dois) Técnicos** de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP) e célula (CEL) com curso de manutenção do motor e da célula das aeronaves, cadastrados junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme o item 43.7 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 43;
- 9.39.3.2. **01 (um) Técnico** de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo aviônicos (AVI) com curso de manutenção do sistema elétrico, inclusive aviônicos;
- 9.39.3.3. Poderá ser dispensada a presença do técnico em aviônico no caso de um ou mais técnicos acumular a CHT de AVI.

9.39.3.4. A comprovação empregatícia do item acima far-se-á por meio de cópia autenticada da carteira profissional, contrato de trabalho devidamente registrado ou de outros meios juridicamente válidos para a demonstração de que possuem vínculo com a sociedade empresarial.

9.39.3.5. A Licitante deverá apresentar documentação comprobatória de que os técnicos em manutenção aeronáutica, devidamente detentores dos certificados de habilitação técnica exigidos, possuam experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em atividades de manutenção de aeronaves King Air 350 (B300, B300ER e/ou B300C), para isso, deverá apresentar no momento da assinatura do contrato:

- a) cópia válida do Certificado de Habilitação Técnica (CHT) emitido pela ANAC;
- b) documentação comprobatória do tempo de efetivo exercício em manutenção de aeronaves King Air 350 (B300, B300ER e/ou B300C), com mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, tais como:

1. **Relatórios de manutenção assinados** pelo técnico, devidamente arquivados em oficinas homologadas, que possam comprovar sua atuação prática no modelo da aeronave;
2. **Registros de experiência em CTM (Caderneta de Técnico de Manutenção)** ou documento equivalente;
3. **Registros de vínculo empregatício ou contratos de prestação de serviços**, acompanhados de documentos que demonstrem o exercício da função; e
4. **Comprovação documental** emitida por organizações de manutenção aeronáutica certificadas pela ANAC.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- 9.45.6.1. ata de fundação;
- 9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 9.45.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **4.270.480,00 (quatro milhões duzentos e setenta mil e quatrocentos e oitenta reais)**, conforme custos unitários apostos na *na tabela 1* e adequados conforme explicação em Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Gestão/Unidade: 200334
2. Fonte de Recursos: 1019000000
3. Programa de Trabalho: 0000
4. Elemento de Despesa: 339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA, 339030 - MATERIAL DE CONSUMO.
5. Plano Interno: PF99ON9AG25

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

13. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

13.1. Fazem parte do presente Termo de Referência os seguintes documentos:

ANEXO I - TABELA DE REFERÊNCIA PARA MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

DESCRIÇÃO	HH
PHASE 1 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-01, MM 130-590031-11 REV.C4	30
PHASE 1 INSPECTION - ADAS D SYSTEM DE 24M/800H ADAS D SYSTEM PWC	06
PHASE 1 INSPECTION - ADAS D SYSTEM DE 992D/800H ADAS D SYSTEM PWC	04
PHASE 2 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-02, MM 130-590031-11	25
PHASE 2 INSPECTION - ADAS D SYSTEM DE 24M/800H ADAS D SYSTEM PWC, DAAS-G-260-5	04
PHASE 2 INSPECTION - RAISBECK SYSTEMS DE 800H/24M RAISBECK SYSTEMS DE ACORDO COM ICA 85-120 05-20-00-00	06
PHASE 3 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-03, MM 130-590031-11 REV.C5	65
PHASE 3 INSPECTION - ADAS D SYSTEM DE 24M/800H ADAS D SYSTEM PWC, DAAS-G-260-5	04
PHASE 3 INSPECTION - RAISBECK SYSTEMS DE 24M/800H RAISBECK SYSTEMS	04
PHASE 4 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-04, MM 130-590031-11 REV.C5	25
PHASE 4 INSPECTION - ADAS D SYSTEM DE 800H/24M ADAS D SYSTEM PWC, DAAS-G-260-5	04
PHASE 4 INSPECTION - RAISBECK SYSTEMS DE 24M/800H RAISBECK SYSTEMS	04
PHASE 8 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-08, MM B300/C REV.C4	08
PHASE 9 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-09, MM B300/C REV.C4	10
PHASE 29 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-29, MM B300/C REV.C4	1,5
PHASE 31 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-31, MM B300/C	02
PHASE 34 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-34	06
PHASE 42 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-42, MM B300/C REV.C4	03
PHASE 45 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-45, MM B300/C REV.C4	4,5
PHASE 46 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-46, MM B300/C	01
PHASE 52 INSPECTION PR-BSI DE ACORDO COM 5-21-52, MM B300/C REV.C4	2,5
24MO INSPECTION - MICROBIOLOGICAL CHECK	24
AGB INTERNAL SCAVENGE OIL PUMP INLET SCREEN INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1537 AGB INTERNAL SCAVENGE OIL PUMP INLET SCREEN INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1538	1,5
ANNUAL INSPECTION DE 12M OPTIONAL EQUIPMENT, ICA JA-09-AMT-1220	01
BATTERY CHANGE DE 6A UNDERWATER LOCATOR BEACON PN: DK120/90 SN: AT104044	01
BATTERY, CAPACITY TEST DE 6M/500H BATTERY, LEAD ACID PN: RG-380E/44K SN: 40886685 DE ACORDO COM PHASE 36 / 24-30-71 - PAGE 101, MM 130-590031-11 / _5-0171	02
BORESCOPE INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1537 DE ACORDO COM TABLE 601 PAR.2.B BORESCOPE INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1538 DE ACORDO COM TABLE 601 PAR.2.B	02
CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE (EMIÇÃO CVA) DE 12M REQUISITOS DE REGULAMENTO, RBAC_91	08
CHECK IGNITION EXCITER PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1537 CHECK IGNITION EXCITER PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1538	01
FLIGHT CONTROLS- FLIGHT CONTROL GUST LOCK INSPECTION / REPLACEMENT.	01
FUEL NOZZLE INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCEPK1537 DE ACORDO COM TABLE 601 PAR.3.B(9) FUEL NOZZLE INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCEPK1538 DE ACORDO COM TABLE 601 PAR.3.B(9)	10
FUEL PUMP INLET SCREEN INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1537 FUEL PUMP INLET SCREEN INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1538	01
FUNCIONAL TEST / CAPACITY TEST DE 6M STANDBY POWER SUPPLY BATTERY (PS835D) PN: 501-1228-04 SN: 84211 DE ACORDO COM PHASE 36, MM 130-590031-11	0,5
ICE PROTECTION SYSTEM 200H/12M INSPECTION DE 12M/200H HARTZELL PROPELLER (LH) MODELO: HC-B4MP-3C SN: FWA5137 ICE PROTECTION SYSTEM 200H/12M INSPECTION DE 12M/200H HARTZELL PROPELLER (RH) MODELO: HC-B4MP-3C SN: FWA5265	01
IGNITION CABLES FOR CHAFING/WEAR/CORRECT INSTALLATION PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1537 IGNITION CABLES FOR CHAFING/WEAR/CORRECT INSTALLATION PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1538	02
INSPECAO CONJUNTO DE PRIMEIROS SOCORROS (AERONAVES OPERANDO SOB RBAC 135) DE 12M	01
INSPECAO DOS COLETES SALVA-VIDAS DE 12M	01
INSPECAO/INSPECTION DE 1200H PEDESTAL POWER LEVER STOP PIN	01
INSPECAO/INSPECTION DE 12M/400H HARTZELL PROPELLER (RH) MODELO: HC-B4MP-3C SN: FWA5265	01
INSPECAO/INSPECTION DE 1A HORIZONTAL STABILIZER PN: 101-620000-625 SN: CEL-52842	08
INSPECAO/INSPECTION DE 1A VERTICAL STABILIZER PN: 101-640001-619 SN: 52486872	04
INSPECAO/INSPECTION DE 400H/12M HARTZELL PROPELLER (LH) MODELO: HC-B4MP-3C SN: FWA5137	01
LIMPEZA E INSPECAO/CLEANING AND INSPECTION DE 100H P3 FILTER,PNEUMATIC SYSTEM (RH) PN: 3059788-01 SN: CEL-62747 DE ACORDO COM TB.601 PAR.3.D(3)	02
LIMPEZA E INSPECAO/CLEANING AND INSPECTION DE 200H P3 FILTER,PNEUMATIC SYSTEM (LH) PN: 3059788-01 SN: CEL-62746 DE ACORDO COM TB.601 PAR.3.D(3)	02
LUBRIFICACAO/LUBRICATION DE 12M/400H HARTZELL PROPELLER (RH) MODELO: HC-B4MP-3C SN: FWA5265	1,5
LUBRIFICACAO/LUBRICATION DE 400H/12M HARTZELL PROPELLER (LH) MODELO: HC-B4MP-3C SN: FWA5137	1,5
MAGNETIC CHIP DETECTOR - BRIDGE CHIP DETECTOR MAGNETIC POLES PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1537 MAGNETIC CHIP DETECTOR - BRIDGE CHIP DETECTOR MAGNETIC POLES PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1538	1,5
MAGNETIC CHIP DETECTOR CONTINUITY TEST PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1537 DE ACORDO COM TABLE 601 PAR.3.A(5), MM 3034342 MAGNETIC CHIP DETECTOR CONTINUITY TEST PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1538 DE ACORDO COM TABLE 601 PAR.3.A(5), MM 3034342	01
MINOR INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1537 MINOR INSPECTION PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1538	07
REPLACEMENT DE 1A EMERGENCY EXIT LIGHT BATTERIES PN: 14A SN: CEL-62816	02

REPLACEMENT DE 4A CARTRIDGE,FIRE EXTINGUISHER (LH) PN: 13083-5 SN: ESD19A749-001, do ENGINE FIRE EXTINGUISHER BOTTLE P/N 30301102 S/N 66026B1	02
REPLACEMENT DE 600H FILTER,OUTLET FUEL PUMP (LH) PN: 3059779-01 SN: CEL-58420, do PRATT & WHITNEY ENGINE P/N PT6A-60A S/N PCE-PK1537 DE ACORDO COM TB.601 PAR.3.B(3) REPLACEMENT DE 600H FILTER,OUTLET FUEL PUMP (RH) PN: 3059779-01 SN: CEL-58433, do PRATT & WHITNEY ENGINE P/N PT6A-60A S/N PCE-PK1538 DE ACORDO COM TB.601 Par.3.B(4)	01
REPLACEMENT DE 800H FILTER,WINDOW DEFOG AIR PN: 9922-11 SN: CEL-58417/ SN: CEL-58418 / SN: CEL-58419	03
REVALIDACAO DA CARTA DE AUTORIZAÇÃO (LOA) PBN DE 2A	01
REVALIDACAO DO CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE	08
SPARK IGNITERS CHECK PRATT & WHITNEY ENGINE (LH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1537 DE ACORDO COM TABLE 601 PAR.3.C(3), MM 3034342 SPARK IGNITERS CHECK PRATT & WHITNEY ENGINE (RH) MODELO: PT6A-60A SN: PCE-PK1538 DE ACORDO COM TABLE 601 PAR.3.C(3), MM 3034342	0,5
STC SA02386AK - 100H/12M INSPECTION DE 12M/100H OPTIONAL EQUIPMENT, ICA 0003-0004	01
STC SA02386AK - 50H INSPECTION DE 50H OPTIONAL EQUIPMENT, ICA 0003-0004	01
STC SA2429CE - 400H INSPECTION DE 400H OPTIONAL EQUIPMENT, ICA 00107021	01
STC SA2671CE - 100H/12M INSPECTION DE 12M/100H OPTIONAL EQUIPMENT, ICA AF-492	02
SUBSTITUICAO/REPLACEMENT CARTRIDGE,FIRE EXTINGUISHER (LH) PN: 13083-5 SN: ESD19A749-001, do ENGINE FIRE EXTINGUISHER BOTTLE P/N 30301102 S/N 66026B1, ALM 101-590097-161 SUBSTITUICAO/REPLACEMENT CARTRIDGE,FIRE EXTINGUISHER (RH) PN: 13083-5 SN: ESD18J739-001, do ENGINE FIRE EXTINGUISHER BOTTLE P/N 30301102 S/N 65694B1, ALM 101-590097-161	02
TEST ALL MASKS FOR OXYGEN FLOW DE 12M PASSENGER OXYGEN MASK (BE AEROSPACE) PN: 174080-26 SN: CEL-58691	03

Brasília, 05 de janeiro de 2026.

Elaborado por:

LEONARDI CUPOLILLO
Agente de Polícia Federal
SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

DIEGO DA SILVA SIQUEIRA
Agente de Polícia Federal
SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação e da justificativa apresentada no mapa comparativo de preços quanto à dificuldade de conseguir os três orçamentos até a presente data.

GUILHERME LOPES MADDARENA
Delegado de Polícia Federal
Coordenador de Aviação Operacional



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDI CUPOLILLO**, Agente de Polícia Federal, em 06/01/2026, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO DA SILVA SIQUEIRA**, Agente de Polícia Federal, em 06/01/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME LOPES MADDARENA**, Coordenador(a), em 06/01/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144155449&crc=C45FA773.
Código verificador: **144155449** e Código CRC: **C45FA773**.